

**Uma instituição por uma Europa unida:
O papel do CIEJD nas Eleições Europeias de 2019**

Joana Tomás Gonçalves Rodrigues Pereira

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais
Especialização em Relações Internacionais**

Setembro de 2019

**Uma instituição por uma Europa unida:
O papel do CIEJD nas Eleições Europeias de 2019**

Joana Tomás Gonçalves Rodrigues Pereira

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais
Especialização em Relações Internacionais**

Departamento de Estudos Políticos

Setembro de 2019

**Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários á
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais
na área de especialização de Relações Internacionais, realizado sob a orientação
da Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues**

Setembro 2019

Relatório de Estágio no Centro de Informação Europeia Jacques Delors

JOANA TOMÁS GONÇALVES RODRIGUES PEREIRA

RESUMO

Em termos europeus, o ano de 2019 pauta-se por um especial destaque: celebra-se o 30º aniversário da queda do Muro de Berlim, o 15º aniversário do alargamento da UE aos países do Centro e Leste da Europa, e é ano de Eleições Europeias. Desta forma, o trabalho do CIEJD revela-se de especial importância no ano que corre.

O CIEJD é o centro por excelência em Portugal responsável pela divulgação a todos os cidadãos portugueses dos valores, políticas, instituições e programadas da UE. O seu propósito fundamental consiste na consciencialização do contributo dos cidadãos para o futuro do projeto europeu, estimulando a sua capacidade de participação no quotidiano europeu. O objetivo é reforçar o desenvolvimento da cidadania ativa e reforçar o sentimento de pertença à UE.

Grande parte do trabalho do CIEJD consiste na promoção de instrumentos para o aumento da participação política nas eleições ao Parlamento Europeu, principalmente dos jovens europeus, abrindo o diálogo sobre as atuais prioridades europeias e as principais causas de baixa participação eleitoral.

O presente relatório engloba a descrição das tarefas realizadas durante o estágio no CIEJD, e é complementado por um trabalho de investigação relacionado com uma análise biográfica dos deputados eleitos para a oitava legislatura do Parlamento Europeu.

PALAVRAS-CHAVE

CIEJD – União Europeia – Parlamento Europeu – Eleições Europeias 2019

Relatório de Estágio no Centro de Informação Europeia Jacques Delors

JOANA TOMÁS GONÇALVES RODRIGUES PEREIRA

ABSTRACT

In European terms, the year 2019 is particularly noteworthy: it is the 30th anniversary of the fall of the Berlin Wall, the 15th anniversary of the EU's enlargement to the countries of Central and Eastern Europe, and it is the year of European elections. In this way, the work of the CIEJD is proving to be of special importance this year.

CIEJD is the *centre par excellence* in Portugal, responsible for disseminating the values, policies, institutions and programs of the EU to all Portuguese citizens. Its main purpose is to raise awareness of citizens' contribution to the future of the European project, stimulating their capacity to participate in European daily life. The aim is to strengthen the development of active citizenship and strengthen the sense of belonging to the EU.

Much of the work of the CIEJD is to promote instruments to increase political participation in elections to the European Parliament, especially for young Europeans, by opening dialogue on current European priorities and the main causes of low voter turnout.

This report includes a brief description of the internship at CIEJD, and it is complemented by a research work focused on a biographical analysis of MEPs elected to the 8th legislature of the European Parliament.

KEYWORDS

CIEJD – European Union – European Parliament – 2019 European Elections

Lista de Abreviaturas

ALDE	Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
AT	Áustria
BCE	Banco Central Europeu
BE	Bélgica
BG	Bulgária
CESE	Conselho Económico e Social Europeu
CIEJD	Centro de Informação Europeia Jacques Delors
COM	Comissão Europeia
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CR	Comité das Regiões
CY	Chipre
CZ	República Checa
DAJ	Departamento de Assuntos Jurídicos
DE	Alemanha
DG	Direção Geral
DGA	Departamento Geral de Administração
DGACCP	Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas
DGAE	Direção Geral de Assuntos Europeus
DGPE	Direção Geral de Política Externa
DK	Dinamarca
ECR	Grupo dos Reformistas e Conservadores Europeus
EE	Estónia
EEE	Espaço Económico Europeu
EFDD	Grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta
EFTA	Associação Europeia de Comércio Livre
EL	Grécia
EM	Estado(s) Membro(s)
ES	Espanha
FI	Finlândia
FR	França
Greens/EFA	Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
GUE/NGL	Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde
HR	Croácia
HU	Hungria
IDI	Instituto Diplomático

IE	Irlanda
IGDC	Inspeção Geral Diplomática e Consular
IOM	Organização Internacional para as Migrações
IT	Itália
LT	Lituânia
LU	Luxemburgo
LV	Letónia
MAI	Ministério da Administração Interna
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MT	Malta
NA	Grupo dos Não Inscritos
NL	Países Baixos
PCC	Política Comercial Comum
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PE	Parlamento Europeu
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PJD	Prémio Jacques Delors
PL	Polónia
PPE	Grupo do Partido Popular Europeu
PT	Portugal
RepCOM	Representação da Comissão Europeia em Portugal
REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
RO	Roménia
S&D	Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
SE	Suécia
SEAE	Secretária de Estado dos Assuntos Europeus
SG	Secretaria Geral
SI	Eslovénia
SK	Eslováquia
UE	União Europeia
UEM	União Económica e Monetária
UK	Reino Unido
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

Índice

Parte I – Estágio Curricular	10
Introdução	10
Enquadramento Institucional.....	12
Ministério dos Negócios Estrangeiros.....	12
Direção Geral de Assuntos Europeus (DGAE)	15
Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD).....	19
Estágio no CIEJD	20
Tarefas a longo prazo	21
Tarefas pontuais	26
Atividades	27
Parte II – Parlamento Europeu 2014-2019	30
Introdução	30
Legislatura 2014 -2019.....	32
Modo de eleição	32
Composição do PE.....	34
Caracterização por Género	35
Caracterização por Idade.....	35
Caracterização por Antiguidade	36
Formação Académica.....	37
Área de Estudos.....	38
Atividades Profissionais.....	39
Conclusão: o perfil dos Deputados do PE.....	42
Considerações finais.....	46
Referências Bibliográficas	48
Anexos.....	50

Parte I – Estágio Curricular

Introdução

O estágio curricular realizado no Centro de Informação Europeia Jacques Delors abrangeu um período de oito meses, com começo a 24 de setembro de 2018 e termo a 31 de maio de 2019. Apesar de o intervalo inicial compreender as 800 horas referidas no Regulamento da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas¹, com consequente termo do estágio a 05 de abril de 2019, o trabalho realizado relacionado com as Eleições Europeias de 2019, tópico principal deste relatório, motivou um prolongamento do tempo previsto.

Este estágio foi concretizado com base no protocolo e respetiva carta de acordo, celebrados entre a FCSH da Universidade NOVA de Lisboa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, consistindo na componente não letiva do 2.º ano do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Especialização em Relações Internacionais.

O estágio realizou-se sob a orientação profissional do Dr. Carlos Medeiros, Coordenador da Unidade de Informação, Comunicação e Coordenação do CIEJD, e sob a orientação académica da Professora Doutora Teresa Rodrigues.

Para além da descrição das atividades desempenhadas ao longo do período de estágio, na elaboração deste relatório procurou-se uma temática de interesse significativo, que aliasse o fundamento do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais às atividades desenvolvidas pelo CIEJD.

Considerando o trabalho que esta instituição desenvolve no que concerne a importância do estudo da UE e da cidadania europeia, com o intuito final de transmitir os conhecimentos desenvolvidos e os adquiridos a toda a população portuguesa, determinámos abordar a fundo o acontecimento europeu mais relevante ocorrido aquando a realização do estágio: as eleições europeias, que ocorreram em Portugal a 26 de maio de 2019.

Apresentam-se vários os motivos para a fundamentação deste tópico no âmbito do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Primeiro, a UE é uma organização *sui generis*, com traços que se assemelham aos de um Estado e aos de uma Organização Internacional. O seu progresso pautou-se por um desenvolvimento de um formato predominantemente económico para outro mais político, existindo atualmente o debate relativo à necessidade, ou não, de uma futura evolução para um formato mais bélico². Assim, urge analisar e entender as estruturas já estabelecidas, as normas e os procedimentos seguidos e a dependência, cada vez mais

¹ Vide Aviso nº 2304/2018: Alteração à estrutura curricular e plano de estudos do ciclo de estudos conferente de grau de mestre em Ciência Política e Relações Internacionais a ter efeito a partir do ano letivo 2017-2018, de 20 de fevereiro de 2018 do Diário da República, 2ª Série, Nº 36

² Para mais informação sobre o *European Peace Facility*, ver https://eas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/46794/new-european-peace-facility-boost-eu-action-security-and-defence_en.

significativa, em pilares democráticos. Deste modo, após a assinatura do Tratado de Maastricht³, a UE tem vindo a procurar uma aproximação cada vez maior aos seus cidadãos.

Dado que um dos modos através dos quais a UE procura esta aproximação é o da educação e formação, e que o CIEJD é uma instituição de referência em assuntos europeus a nível nacional, a concretização do estágio no CIEJD evidenciou-se ideal.

Os objetivos deste relatório de estágio são variados. A preferência pela realização do estágio curricular ao invés da dissertação teve como base a prossecução do objetivo elementar de aplicar os conhecimentos teóricos à realidade prática da atividade desenvolvida pelo MNE, assim como um reforço dos saberes adquiridos ao longo dos anos de curso e um desenvolvimento de competências pessoais.

A par da vertente prática, a preparação inerente para a entrada no mercado de trabalho pesou em muito nesta decisão. A frequência do estágio curricular em paralelo com a realização deste relatório de atividades, estimula a capacidade de reflexão sobre as temáticas desenvolvidas e as capacidades de análise, de síntese e de conceptualização. Possibilita o desenvolvimento de capacidades relacionais, de comunicação e de trabalho em equipa. Com a realização deste estágio curricular procurei adaptar as tarefas propostas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social, de modo a que prevalecesse o aspeto produtivo.

Neste sentido, e de forma a complementar o trabalho prático com uma vertente mais teórica, o presente relatório foi repartido em dois grandes capítulos.

O primeiro capítulo contemplará uma breve exposição da instituição onde decorreu o estágio, onde me proponho a desenvolver o enquadramento institucional do CIEJD. Para tal, será realizado, previamente, um encadeamento, através de uma contextualização da DGAE e do MNE, sobre o qual farei uma exposição da missão e atribuições, passando em análise a sua estrutura orgânica. Este enquadramento institucional beneficiará a perceção de como este organismo está organizado, pois revelará o modo de operacionalização das suas políticas e ações relativamente às temáticas europeias.

Neste capítulo, será também realizada uma apresentação e explicação das tarefas desenvolvidas no âmbito das várias atividades efetuadas durante todo o programa de estágio no MNE, que se centraram fundamentalmente no apoio e colaboração enquanto membro da equipa do CIEJD, maioritariamente em relação às eleições para o PE de 2019.

O segundo capítulo do relatório consiste num trabalho de investigação quantitativo, realçado como o componente mais teórico do relatório, onde me proponho a realizar uma análise

³ Assinado em 1992, criou uma UE assente em 3 pilares: as Comunidades Europeias, a PESC e a cooperação entre os EM em matéria de justiça e assuntos internos. Neste Tratado foi introduzido o conceito de cidadania europeia, atualmente consagrado no Artigo 20º do Tratado sobre o Funcionamento da UE e no Artigo 9º do Tratado da UE, que atribuiu aos cidadãos de qualquer país da UE um conjunto de direitos, entre os quais de circular e permanecer em qualquer lugar da UE, eleger e ser eleito nas eleições europeias e locais do seu país de residência... Para mais informações, ver <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:a12000>.

biográfica dos deputados eleitos para a legislatura do PE 2014-2019.

Este capítulo terá um encadeamento distinto e autónomo do restante trabalho, pelo que funcionará como um trabalho independente à elaboração do relatório. Desta forma, este capítulo estará estruturado em concordância, contendo uma introdução, uma exposição relativamente às informações reunidas, trabalhadas e examinadas, e uma conclusão.

No final do relatório será elaborada uma conclusão, breve e sucinta, do estágio que decorreu no CIEJD e das tarefas aqui desenvolvidas.

Enquadramento Institucional

Ministério dos Negócios Estrangeiros

“Toda a política europeia e externa de Portugal, desde a valorização da língua portuguesa à aposta na internacionalização da economia, depende do Ministro dos Negócios Estrangeiros.”⁴

“O Ministro dos Negócios Estrangeiros tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar a política externa e europeia do país, bem como coordenar e apoiar as/os demais ministras/os no âmbito da dimensão externa e da dimensão europeia das respetivas competências”⁵, sendo “(...) coadjuvado no exercício das suas funções pela Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, pela Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e pelo Secretário de Estado da Internacionalização.”⁶

Em termos de conceção e planeamento da sua estrutura, o MNE aposta num “desenvolvimento de uma política externa orientada para a afirmação do prestígio internacional de Portugal e para o fomento da atividade económica com o exterior, potenciando as nossas exportações, apoiando a internacionalização das nossas empresas e a captação de mais investimento direto estrangeiro”⁷.

A atual estrutura orgânica pretende, entre outras:

- “Uma política europeia competente e credível que, (...) num cenário de desafios comuns e de soberania partilhada, é o espaço de ação essencial;

⁴ Decreto-Lei n.º 251-A/2015 de 17 de dezembro de 2015 do Diário da República, 1.ª Série, N.º 246

⁵ Decreto-Lei n.º 251-A/2015 de 17 de dezembro de 2015 do Diário da República, 1.ª Série, N.º 246, Capítulo I, Artigo 3.º

⁶ Decreto-Lei n.º 251-A/2015 de 17 de dezembro de 2015 do Diário da República, 1.ª Série, N.º 246, Capítulo III, Artigo 12.º

⁷ Decreto-Lei n.º 121/2011 de 29 de dezembro de 2011 do Diário da República, 1.ª Série, N.º 249

- O sublinhar da importância do relacionamento com os países de expressão portuguesa, (...) que no quadro da CPLP se revela estratégica, cultural e economicamente relevante;
- A afirmação do nosso compromisso com a Aliança Atlântica e com a segurança e estabilidade internacionais, assim como com a defesa perante as novas ameaças;
- O compromisso de Portugal com o multilateralismo e com o sistema das Nações Unidas, (...) contribuindo assim para o reforço da imagem do país como um Estado empenhado na paz e na resolução dos conflitos internacionais;
- O acompanhamento, de forma empenhada, das mudanças no Magrebe, do processo de paz do Médio Oriente e do esforço de diálogo e cooperação na região do Mediterrâneo;
- O aprofundamento das relações com o Brasil, com a América Latina e com a Ásia (...) para promover a afirmação de Portugal enquanto parceiro no quadro global, ao nível político, económico e cultural;
- A revalorização das comunidades de portugueses residentes no estrangeiro, (...) que representam um valor estratégico da maior importância para Portugal, nas componentes financeira, económica, cultural, social e política;
- (...).⁷⁸

Na prossecução da sua missão, reconhecemos, entre outras, algumas das suas atribuições:

- a) Preparar e executar a política externa portuguesa, bem como coordenar as intervenções, em matéria de relações internacionais, de outros departamentos, serviços e organismos da Administração Pública;
- b) Defender e promover os interesses portugueses no estrangeiro;
- c) Conduzir e coordenar a participação portuguesa no processo de construção europeia;
- d) Conduzir e coordenar a participação portuguesa no sistema transatlântico de segurança coletiva; (...)
- j) Conduzir as negociações internacionais e os processos de vinculação internacional do Estado Português, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades públicas;
- l) Representar o Estado Português junto de sujeitos de Direito Internacional Público ou de outros entes envolvidos na área das relações internacionais;⁷⁹

⁸ Decreto-Lei n.º 121/2011 de 29 de dezembro de 2011 do Diário da República, 1ª Série, N.º 249

⁹ Decreto-Lei n.º 121/2011 de 29 de dezembro de 2011 do Diário da República, 1ª Série, N.º 249, Capítulo I, Artigo 2.º

Relativamente à sua estrutura geral, o MNE opera através de serviços integrados na gestão direta do Estado, dos quais se destacam:

1. Secretaria-Geral

A SG tem como objetivo garantir o apoio técnico e administrativo de todos os órgãos, serviços e gabinetes dentro do MNE. É assim responsável pelas questões de recursos humanos, orçamentos de funcionamento e investimento, recursos patrimoniais, apoio técnico-jurídico e contencioso, formação dos funcionários diplomáticos e do pessoal do MNE, entre outros.

A SG integra o Serviço de Protocolo de Estado, o DGA, o DAJ, e o IDI, todos na dependência direta do Secretário-geral. Este, é coadjuvado por um Secretário-geral adjunto.

2. Direção Geral de Política Externa

A DGPE tem como objetivo primordial o garante da coordenação e da tomada de decisão dos assuntos político-diplomáticos e económicos, do domínio da PESC e PCSD, e relações bilaterais e multilaterais no contexto da política externa portuguesa.

Junto desta DG funcionam o Conselho Coordenador Político-Diplomático, a Comissão Interministerial de Política Externa, a Autoridade Nacional para a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas, e a Autoridade Nacional para efeitos do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares.

3. Inspeção Geral Diplomática e Consular

A IGDC funciona com o propósito de avaliar a execução das normas que estatuem os serviços internos e os serviços periféricos externos do MNE, assegurando a execução de auditorias, inquéritos, peritagens ou outras ações de caráter inspetivo e disciplinar, a cargo de um inspetor-geral.

4. Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

A DGACCP tem o dever de dirigir e monitorizar a atividade consular, desenvolvida nos serviços periféricos externos¹⁰, garantindo a unidade da ação do Estado, e desenvolvendo programas de ação e prestação de apoio aos cidadãos portugueses no estrangeiro.

¹⁰ Por serviços periféricos externos do MNE entenda-se Embaixadas, Missões, Representações permanentes e temporárias, e Postos consulares.

Esta DG é dirigida por um diretor-geral, coadjuvado por um subdiretor-geral, e a seu cargo funcionam a Comissão Interministerial para as Comunidades Portuguesas e a Comissão Organizadora do Recenseamento Eleitoral dos Portugueses no Estrangeiro.

5. Direção Geral dos Assuntos Europeus

Por ser a DG onde realizei o meu estágio e pelas razões mencionadas anteriormente (ver Introdução), o capítulo seguinte será exclusivamente dedicado a este tema.

Prosseguem ainda atribuições do MNE, sob superintendência e tutela do respetivo Ministro, o Fundo para as Relações Internacionais e o Camões – Instituto da Cooperação da Língua.

Em termos consultivos, para as políticas relativas à emigração e às comunidades portuguesas no estrangeiro, funciona o Conselho das Comunidades Portuguesas.

Direção Geral de Assuntos Europeus (DGAE)

“Solidarity is the glue that keeps our Union together (...) When the Portuguese hills were burning, Italian planes doused the flames. When floods cut off the power in Romania, Swedish generators turned the lights back on. When thousands of refugees arrived on Greek shores, Slovakian tents provided shelter.”¹¹

“A DGAE (...) tem por missão orientar a ação portuguesa nas instituições próprias da União Europeia, as relações bilaterais com os respetivos Estados-Membros e outros admitidos como candidatos, bem como acompanhar e coordenar a definição das posições nacionais sobre as políticas da UE, em conjunto com todos os ministérios sectoriais competentes e com os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.”¹²

Tem como atribuições fundamentais:

- Assegurar a coordenação político-diplomática, incluindo a coordenação da participação portuguesa nas reuniões do Conselho Europeu, (...) e a definição da posição nacional nas questões relacionadas com o processo decisório e o sistema institucional da UE;
- Assegurar a representação do Estado Português junto do Tribunal de Justiça da UE e do Comité da Política Comercial, e em reuniões no estrangeiro (...);

¹¹ Juncker, J. (2016). *State of the Union 2016*. Bruxelas: EU publications.

¹² Decreto-Lei nº 121/2011 de 29 de dezembro de 2011 do Diário da República, 1ª Série, Nº 249, Capítulo III, Artigo 11º

- Acompanhar as relações bilaterais com os Estados-Membros da UE e os países candidatos, bem como com os membros do EEE;
- Preparar e coordenar a posição portuguesa em todos os assuntos no âmbito das relações externas da UE com países terceiros, estruturas ou quadros de cooperação regional;
- (...).¹³

A Direção-Geral dos Assuntos Europeus rege-se pelo disposto no Decreto-Regulamentar n.º 12/2012, de 19 de janeiro¹⁴, pela Portaria n.º 32/2012, de 31 de janeiro¹⁵, e pelo Despachos n.ºs 3748/2012¹⁶, e n.º 13561/2012¹⁷, respetivamente de 14 de março e 18 de outubro.

De acordo com estes, podemos elencar o conjunto das suas unidades orgânicas, abordando o trabalho particular de cada uma delas:

1. Direção de serviços de Assuntos Institucionais

Tem como missão primordial preparar e coordenar a participação dos membros do Governo nas reuniões do Conselho Europeu e do Conselho dos Assuntos Gerais, bem como apoiar os representantes nacionais do CESE e do CR.

Deve também apoiar e estruturar a preparação das presidências do Conselho que a Portugal caiba assumir, apoiar a candidatura e a participação de nacionais no quadro das instituições europeias, seguindo todas as questões relativas ao processo de decisão e ao sistema institucional da UE.

2. Direção de serviços de Relações Bilaterais

Tem como propósito assegurar as relações bilaterais com os EM da UE e com os estados candidatos, do EEE, e ainda Andorra, Mónaco, São Marino e Suíça, examinando as suas políticas internas e externas e a implicação resultante dessas políticas na sua relação com Portugal e com a UE.

3. Direção de serviços as Políticas Internas e Sectoriais

O seu objetivo prende-se com garantir a representação nacional nos grupos e comités especializados da UE, bem como preparar, organizar e definir a posição nacional nos temas relativos ao mercado interno, desenvolvimento sustentável, transportes, energia, questões

¹³ Decreto Regulamentar n.º 12/2012 de 19 de janeiro de 2012 do Diário da República, 1ª Série, N.º 14, Artigo 2º

¹⁴ Vide Decreto Regulamentar n.º 12/2012 de 19 de janeiro de 2012 do Diário da República, 1ª Série, N.º 14

¹⁵ Vide Portaria n.º 32/2012 de 31 de janeiro de 2012 do Diário da República, 1ª Série, N.º 22

¹⁶ Vide Despacho n.º 3748/2012 de 14 de março de 2012 do Diário da República, 2ª Série, N.º 53

¹⁷ Vide Despacho n.º 13561/2012 de 18 de outubro de 2012 do Diário da República, 2ª Série, N.º 202

atómicas, ambiente, política marítima, defesa dos consumidores, telecomunicações, sociedade da informação, e da política social da UE, saúde, educação, formação profissional, cultura, audiovisual, juventude, desporto, espaço e turismo, agricultura, bem como segurança alimentar, o bem-estar animal e pesca.

4. Direção de serviços de Justiça e Assuntos Internos

As suas funções passam por coordenar a definição das posições nacionais nos temas relacionados com vistos, asilo, imigração e políticas ligadas à livre circulação de pessoas; estruturar as posições nacionais em matéria de combate ao terrorismo e à droga; organizar as negociações de natureza externa, na área da justiça e dos assuntos internos, entre a UE e estados terceiros; e monitorizar os assuntos relacionados com cooperação policial e proteção civil.

5. Direção de serviços dos Assuntos Jurídicos

O seu trabalho passa por coordenar os assuntos relativos aos processos decorrentes da aplicação do direito comunitário na fase contenciosa e na fase pré-contenciosa, assegurando a representação nos grupos de trabalho relativos a matérias do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.

Tem como responsabilidade coordenar o processo de vinculação do Estado Português aos instrumentos internacionais celebrados no âmbito da UE e acompanhar os procedimentos inerentes à adaptação legislativa dos atos normativos comunitários na ordem jurídica interna.

6. Direção de serviços das Questões Económicas e Financeiras

Tem como missão principal assegurar a representação nacional e coordenar a definição da posição nacional relativamente ao quadro financeiro plurianual da UE e às políticas regional e de coesão; assegurar a representação e a coordenação necessárias para o crescimento económico e o emprego; e monitorizar a política orçamental e financeira da UE, incluindo as questões relativas ao financiamento e aos recursos próprios, à gestão financeira e à proteção dos interesses financeiros da UE, bem como a vertente financeira das políticas da UE.

Para além disso, está responsável por acompanhar as questões de política económica geral, particularmente as relacionadas com a coordenação das políticas económicas e do emprego dos EM, a UEM, os serviços financeiros e as matérias fiscais.

7. Direção de serviços das Relações Externas Europeias e Alargamento

O seu objetivo primordial é coordenar a posição nacional relacionada com estratégia de relacionamento da UE com países terceiros, e em quadros de cooperação regional, adotada

nas reuniões e cimeiras (nomeadamente processos de adesão, instrumentos de pré-adesão e de vizinhança).

Também é responsável por preparar e coordenar a posição nacional no contexto do EEE e do relacionamento da UE com os estados da EFTA e com Andorra, Mónaco, São Marino e Suíça.

8. Direção de serviços da Política Comercial Comum

As suas funções passam por preparar e coordenar a definição da posição nacional no contexto da PCC, bem como todos os assuntos relacionados, incluindo a componente Agricultura e Pescas, promovendo o comércio e os instrumentos de defesa comercial. Esta promoção não é realizada apenas no contexto da UE, mas também com os países terceiros, estruturas de cooperação regional e organizações internacionais.

Para além das atividades mencionadas, esta DG assegura a representação do MNE no Conselho Económico e Social, na Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar e na Rede de Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico; assegura o funcionamento do Centro SOLVIT-Portugal, estrutura nacional da rede europeia SOLVIT¹⁸ que visa dar uma resposta pragmática às dificuldades decorrentes de uma aplicação incorreta da legislação do mercado interno pelas autoridades públicas; estuda, recolhe e analisa informação com vista à elaboração de pareceres e à apresentação de propostas de atuação, bem como assegura o apoio ao exercício das funções de coordenação político-diplomática; presta apoio técnico em matéria de definição e estruturação das políticas, prioridades e objetivos do MNE; apoia a definição das principais opções em matéria orçamental; assegura a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental: acompanha e avalia a execução das políticas e programas do MNE; e integra a Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género do MNE encarregue da execução do Plano Setorial do MNE para a Igualdade de Género.

No quadro das atribuições supramencionadas, os principais destinatários da ação desenvolvida pela DGAE são a Assembleia da República, nomeadamente no que respeita ao balanço anual sobre a participação de Portugal no processo de construção europeia, coordenado e elaborado pela DGAE; o Primeiro-Ministro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus; a REPER, e os serviços internos e externos do MNE; os ministérios sectoriais e os Governos das Regiões Autónomas; os eurodeputados portugueses; e as organizações da sociedade civil, e todos os cidadãos, no geral, nomeadamente no que concerne o acesso a informação relativa à UE e à participação de Portugal no processo de

¹⁸ O SOLVIT é um serviço prestado pelas administrações nacionais de todos os países da UE, que pretende ajudar a resolver casos em que os direitos enquanto cidadão/empresa da UE foram violados pela administração pública de outro país da UE. Para saber mais, ver https://ec.europa.eu/solvit/index_pt.htm.

construção europeia; resolução de litígios, decorrentes da má aplicação das regras comunitárias; promoção (formação) de candidaturas ao funcionalismo e aos estágios nas instituições da UE; atribuição de bolsas de estudo no Colégio da Europa e no Instituto Universitário de Florença.

Em termos de direção, a DGAE é dirigida por um Diretor Geral, o Sr. Embaixador Rui Vinhas, cujas funções passam por representar a DG nos órgãos do MNE, convocar e presidir às reuniões da Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus, presidir à Comissão Interministerial de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas, e presidir à delegação nacional da Comissão Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça. Este é coadjuvado por duas subdiretoras gerais, a Dra. Maria João Botelho, e a Dra. Lénia Real, exercendo competências delegadas pelo Diretor Geral.

Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD)

“o Centro esforça-se por remediar o que atualmente é um obstáculo ao conhecimento da União Europeia: o corte entre aqueles que estão diretamente envolvidos nos assuntos europeus e os outros cidadãos; bem como, a ausência de uma memória coletiva que permita uma melhor apreciação dos avanços já realizados para a paz (...)”¹⁹

Criado no dia 8 de dezembro 1994²⁰ e inaugurado no dia 27 de março 1995, como Agrupamento Europeu de Interesse Económico²¹, o CIEJD está incorporado, desde 2008²², na DGAE do MNE.

O propósito do CIEJD consiste em oferecer aos cidadãos um conhecimento fundamentado sobre os valores, políticas, instituições e programas da UE, possibilitando uma cidadania europeia mais ativa e participativa, e um melhor proveito das variadas oportunidades concebidas pela UE.

O CIEJD está dividido em três unidades, responsáveis por diferentes setores de trabalho:

1. A Biblioteca Jacques Delors, instalada no Jardim do Campo Grande, é especializada em obras bibliográficas, nacionais e internacionais, sobre conteúdos europeus. Com um acervo de mais de 90.000 livros, advém da junção das obras do CIEJD, do Centro de Documentação da DGAE, do Centro de Documentação da RepCOM e do Gabinete de Informação do PE em Portugal.

Existe também, disponível para consulta *online*, a Infoeuropa²³, uma base de dados que

¹⁹ Excerto da mensagem enviada por Jacques Delors na ocasião do 10º aniversário do CIEJD (19 de Maio de 2005), disponível em <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000021603/documento/0001/>.

²⁰ <https://infoeuropa.euroid.pt/files/web/documentos/ciejd/historia/000021747.pdf>

²¹ <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/web/documentos/ciejd/historia/000021627.pdf>

²² Decreto-Lei nº 207/2007 de 29 de maio de 2007 do Diário da República, 1ª Série, N° 103

²³ <https://infoeuropa.euroid.pt>

detém, na íntegra, o acervo documental da Biblioteca.

2. A Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos é responsável por desenvolver e difundir projetos e iniciativas realizados pelo CIEJD, tais como a Iniciativa “9 de maio | 9 escolas”²⁴, o Prémio Jacques Delors²⁵, as Aulas Jacques Delors²⁶, a Iniciativa “Encontro com os Cidadãos”²⁷, entre outros.

Esta Unidade também concebe recursos pedagógicos²⁸, com o objetivo de estimular os cidadãos, nomeadamente os mais jovens, para as temáticas europeias e para o futuro do projeto europeu.

3. A Unidade de Informação e Comunicação é responsável pela Biblioteca, e pela gestão do portal e das redes sociais realizando a divulgação de atividades, de apoios financeiros²⁹, concursos públicos³⁰, e oportunidades de negócios, empregos ou estágios nas instituições da UE³¹, bem como oportunidades de voluntariado³². Outro dos objetivos desta Unidade é motivar e apelar à prática de uma cidadania europeia mais ativa, através da promoção da Iniciativa de Cidadania Europeia³³ e das consultas públicas a decorrer na COM³⁴.

Estágio no CIEJD

O presente capítulo é referente à enumeração e descrição das atividades desenvolvidas durante os oito meses de estágio, sob orientação do Dr. Carlos Medeiros. Nesse contexto, apresentaram-se oportunidades de trabalhar em várias áreas, e durante diferentes períodos.

As atividades desenvolvidas compreenderam o levantamento, tratamento de informação, criação e atualização de conteúdos pedagógicos e informativos, partilhados *online*; apoio na preparação, acompanhamento e divulgação de eventos nacionais e internacionais; criação, implementação e atualização de conteúdos em páginas de redes sociais; realização de pesquisas sobre determinados temas específicos; redação de comunicações externas (comunicados de imprensa) e internas (Circulares Internas), relativas ao trabalho realizado.

²⁴ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/9-de-maio-9-escolas>

²⁵ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/premio-jacques-delors-1>

²⁶ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/aulas-jacques-delors-2>

²⁷ <https://eurocid.mne.gov.pt/encontros-com-os-cidadaos>

²⁸ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/conteudos-ciejd-sobre-ue-0>

²⁹ <https://eurocid.mne.gov.pt/apoios>

³⁰ <https://eurocid.mne.gov.pt/premios>

³¹ <https://eurocid.mne.gov.pt/empregos>

³² <https://eurocid.mne.gov.pt/voluntariado>

³³ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/iniciativa-de-cidadania-europeia>

³⁴ <https://eurocid.mne.gov.pt/consultas-publicas>

Tarefas a longo prazo

Criação de um dossiê informativo com o título “Eleições Europeias 2019” no website do CIEJD

Com o intuito de prestar informações aos cidadãos portugueses relativamente a temáticas europeias, o Dr. Carlos Medeiros sugeriu, à semelhança do que já teria sido feito anteriormente para as Eleições Europeias de 2014, a criação de um dossiê informativo relativo às Eleições Europeias de 2019 no Portal Eurocid³⁵.

Caber-me-ia, assim, a responsabilidade de três diferentes etapas:

- Pesquisa e recolha de informação relativa à questão das eleições europeias. Nesta etapa foi fulcral a capacidade de síntese e de tradução de muita informação, utilizando a base de dados do CIEJD e diferentes fontes de informação de órgãos e instituições europeias;
- Após reunir os documentos e as informações, apresentei ao Dr. Carlos Medeiros uma estrutura base do que seria o dossiê informativo. Aprovada esta estrutura, o trabalho consistiu na criação dos conteúdos e redação das páginas que seriam colocadas *online*, bem como todas as imagens utilizadas, através da utilização do *software* e do *back office* do *website* do CIEJD;
- Atualização destes conteúdos durante todo o período decorrente até ao dia das eleições.

Esta foi uma tarefa extensa e demorada, que originou um dossiê informativo composto por diversos capítulos, nomeadamente:

- O Parlamento Europeu

- Como funciona?³⁶

Artigo elucidativo relativo ao funcionamento do PE, nomeadamente no que concerne aos seus membros e composição, às suas diversas competências (legislativas, orçamentais e de fiscalização), à atividade das sessões plenárias e locais de trabalho, e às suas bases jurídicas.

- Relações com outras instituições da UE³⁷

Artigo informativo relativo às competências de supervisão e de fiscalização do

³⁵ Disponível em www.eurocid.mne.gov.pt, este Portal constitui o ponto de acesso dos cidadãos portugueses à informação europeia. Os seus utilizadores recebem uma *newsletter* que apresenta as atividades do CIEJD, notícias da UE, eventos, consultas públicas, documentos, cursos lançados por instituições europeias e programas nacionais e internacionais a que os cidadãos/empresas se podem candidatar.

³⁶ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/como-funciona-0>

³⁷ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/relacoes-com-outras-instituicoes-da-ue>

PE, à utilização do orçamento comunitário, e à correta aplicação da legislação europeia, relativamente às restantes instituições europeias, nomeadamente o Conselho Europeu, o Conselho da UE, a Comissão Europeia, o Tribunal de Justiça, o BCE, o Tribunal de Contas Europeu e o Provedor de Justiça Europeu.

- Grupos Políticos³⁸

Após as eleições, os deputados são integrados em grupos políticos, que reúnem elementos de diferentes EM, em função das suas afinidades políticas, e não dos seus interesses nacionais. Este artigo inclui as bases históricas dos oito grupos presentes no PE, e dos partidos europeus que os constituem, na legislatura 2014-2019, e *links* para os seus *sites* e redes sociais.

- Comissões Parlamentares³⁹

Este artigo informativo aborda as vinte comissões permanentes, as duas subcomissões permanentes e a comissão especial, responsáveis por dar continuação às propostas legislativas, aprovar relatórios, sugerir modificações para apreciação, aprovar relatórios de iniciativa, e supervisionar a atuação dos outros órgãos e instituições da UE, entre outras competências.

- Partidos Europeus⁴⁰

Os partidos europeus são organizações constituídas por membros de diferentes EM que detêm um programa político comum. Após as eleições, instituem, entre eles, grupos políticos que ocupam as cadeiras do PE.

Este artigo compreende os catorze partidos políticos europeus, com uma explicação das suas bases fundacionais, a quantidade de partidos nacionais que os constituem e as ligações para os seus *sites* e redes sociais.

- Projetos financiados pela UE⁴¹

Este artigo, o mais trabalhoso deste capítulo, elenca os projetos com participação portuguesa relacionados com as eleições europeias de 2019 que adquiriram financiamento dos diversos programas europeus.

De entre mais de quinze projetos, verifica-se uma incidência de temas relacionados com o eleitorado mais jovem, a promoção da cidadania europeia e

³⁸ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/grupos-politicos>

³⁹ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/comissoes-parlamentares-1>

⁴⁰ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/partidos-europeus-1>

⁴¹ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/projetos-financiados-pela-ue>

dos seus valores, e com o combate aos altos valores da abstenção.

- Parlamento Europeu no tempo

- Cronologia⁴²

Tendo por base os dados disponibilizados no *site* do Parlamento Europeu⁴³, foi possível delinear cronologicamente os avanços desta instituição. Inaugurado no ano de 1950, com a Declaração Schuman, são listadas todas as assinaturas de Tratados, todos os alargamentos, todas as eleições parlamentares, os discursos de chefes de estado considerados mais relevantes, e outros acontecimentos de maior pertinência.

- Lista de Presidentes⁴⁴

Considerando a lista de todos os presidentes do PE desde 1958, foi desenvolvida uma tabela com as datas das suas funções e com ligações *online* para as suas biografias.

- Eleições em Portugal

- Participação de Portugal no Parlamento Europeu⁴⁵

Artigo informativo relativo à participação de Portugal nesta instituição, onde, primeiramente, é realizado um breve enquadramento histórico relativo, tanto à adesão como às eleições europeias em que participou.

Foram desenvolvidas diversas tabelas neste artigo, tais como o número de deputados eleitos por cada partido político português em todas as eleições europeias desde 1987; os deputados portugueses eleitos para esta oitava legislatura, onde estão incluídas as suas biografias, os partidos nacionais que representam e o grupo político europeu onde se inseriram; os candidatos nacionais às eleições europeias de 2019, que agrupava os partidos políticos que se candidataram a eleições (e a ligação para o seu *website*), o seu manifesto político, e o nome do candidato cabeça de lista.

São também disponibilizadas diversas informações para os cidadãos portugueses se manterem informados sobre as eleições europeias de 2019, nomeadamente informações do MAI relativas ao local de voto e o modo de voto em cada EM.

⁴² <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/cronologia-10>

⁴³ <https://www.europarl.europa.eu/infographic/european-parliament-timeline/index.html#event-20190523>

⁴⁴ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/lista-de-presidentes>

⁴⁵ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/parlamento-europeu>

- Comparação dos Manifestos/Programas dos Partidos Políticos⁴⁶

Foi desenvolvida uma tabela comparativa com todos os partidos políticos portugueses a concorrer às eleições e as questões abordadas por estes. O objetivo prendeu-se com uma análise dos temas abordados em cada manifesto político, e quais as posições adotadas.

De forma muito resumida, determina-se que os temas abordados pela generalidade dos partidos políticos portugueses são: ambiente, energia e clima, economia e finanças, migrações, políticas sociais, e segurança e defesa; enquanto assuntos como transportes, regiões ultraperiféricas, a proteção civil, a diáspora, e o BREXIT são pouco citados.

- Legislação e Direitos Eleitorais

Para a questão dos Direitos Eleitorais⁴⁷ foi elaborado um artigo que, de forma breve e clara, esclarece as disposições do direito europeu que estabelecem as regras comuns a todos os EM, e as disposições nacionais específicas, que variam entre os diferentes estados, nomeadamente no que diz respeito à delimitação de círculos eleitorais, ao direito de voto, às condições de elegibilidade, à quota de deputados de cada EM, à data das eleições, à possibilidade de alteração da ordem dos candidatos, ao método de conversão dos votos e à validação do resultado e normas relativas às campanhas eleitorais.

Foram também criados dois artigos sobre os documentos legais, tanto a nível nacional⁴⁸, como a nível europeu⁴⁹.

- Plataformas Eletrónicas e Sociais

- Plataformas *online*⁵⁰

Devido ao incremento exponencial de ferramentas no espaço público e no espaço *online*, apresentou-se de extrema relevância disponibilizar a todos os cidadãos um conjunto de páginas *online* que os mantivesse esclarecidos e auxiliasse a tomada de decisão.

Esta página engloba rubricas *online*, aplicações, plataformas de debate, questionários, etc.

⁴⁶ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/comparacao-dos-manifestosprogramas-dos-partidos-politicos>

⁴⁷ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/direitos-eleitorais-2#toc-regras-sujeitas-a-disposi-es-nacionais>

⁴⁸ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/legislacao-nacional-0>

⁴⁹ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/legislacao-europeia-0>

⁵⁰ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/plataformas-em-linha>

- *Think Tanks*⁵¹

Artigo informativo que elenca e possibilita o acesso dos cidadãos a um conjunto de *Think tanks*, que produziram e difundiram conhecimento sobre as eleições europeias.

- Plataformas Sociais⁵²

Artigo informativo sobre o conjunto de plataformas que trabalham a nível europeu na promoção e melhoria de leis, políticas e práticas, em prol dos seus cidadãos.

- Redes Sociais⁵³

Conjunto de redes sociais do PE, nomeadamente relacionadas com a própria instituição, a EUROPARL PRESS (sala de imprensa), EUROPARL TV (centro de multimédia), PARLIMAG (revista oficial do PE).

- Processo Eleitoral

- Notícias⁵⁴

Conjunto de toda a cobertura jornalística realizada por variados organismos, que desenvolveram páginas específicas, dossiês temáticos e/ou *tags* para cobrirem as eleições europeias de 2019, tanto a nível nacional como internacional.

- Sondagens e Estatísticas⁵⁵

Compilação de dados estatísticos e inquéritos realizados à opinião pública portuguesa e europeia, relevantes para a temática, nomeadamente sondagens do *Eurobarómetro*⁵⁶ e projeções eleitorais, entre outros.

- Eventos⁵⁷

Desde o início da campanha eleitoral que foi disponibilizado ao público um artigo com as informações sobre os eventos organizados em Portugal e em toda a UE, desde workshops, sessões informativas, debates, conferências, seminários, ações de sensibilização, etc.

⁵¹ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/think-tanks-0>

⁵² <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/plataformas-sociais>

⁵³ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/parlamento>

⁵⁴ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/noticias-3>

⁵⁵ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/sondagens-e-estatisticas>

⁵⁶ Série de sondagens lançadas pelo Parlamento Europeu em 2007, que pretendem avaliar a perceção e as expectativas dos cidadãos europeus relativamente à ação da UE.

⁵⁷ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/eventos-4>

- Infografias e Conteúdos Pedagógicos

Diversos artigos com um propósito mais pedagógico, onde estão disponíveis infografias⁵⁸ (ver Anexo A), e apresentações em *powerpoint* e jogos lúdicos⁵⁹ para os diferentes públicos-alvo (ensino básico, ensino secundário e público em geral).

Este dossiê informativo foi desenvolvido, numa primeira fase no antigo *website* do CIEJD. No entanto, no decorrer deste processo, fui informada que entraria *online* um novo *website*. Desta forma, todo o trabalho inicialmente realizado no *website* antigo teve que ser transferido, modificado e alterado para o recente.

Em termos de resultados práticos parece-me pertinente reforçar o impacto deste dossiê informativo:

- Divulgação do dossiê junto de 944 entidades (coletivas e singulares), entre as quais câmaras municipais, comunicação social, estabelecimentos de ensino superior, centros de documentação europeia;
- Participação da Dra. Regina Quelhas Lima, Diretora do CIEJD, no Programa “Sociedade Civil” da RTP⁶⁰;
- Partilha deste dossiê pelo Portal das Comunidades⁶¹ e por mais de 80 organismos, como Embaixadas, Secretarias de Estado, Direções Regionais, câmaras municipais, juntas de freguesia.

Tarefas pontuais

Criação, divulgação e atualização do Canal do Youtube do CIEJD

Devido a uma, cada vez maior importância das redes sociais, o Dr. Carlos Medeiros considerou fundamental a criação de uma conta de *Youtube* para o CIEJD, com o intuito de partilhar conteúdos com os cidadãos.

Para além da sua criação, fui encarregada de criar as Listas de Reprodução relativas ao Parlamento Europeu e ao Processo de Construção Europeia, fazendo o *upload* dos vídeos considerados mais significativos para o tópico em questão.

⁵⁸ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/infografias>

⁵⁹ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/conteudos-pedagogicos-5>

⁶⁰ <https://www.rtp.pt/play/p5300/sociedade-civil>

⁶¹ https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/EE2019_notas_imprensa_vf.pdf

Formações relacionadas com a criação do novo website

Relativamente a estas formações, importa esclarecer que o trabalho relacionado com a criação e a redação dos artigos *online* envolveu um grande trabalho de *back office*, sustentado em competências informáticas acima da média, devido ao seu grau de especificidade. Desta forma, foi fundamental participar em formações relativas à utilização dos portais do CIEJD, tanto do antigo como do mais recente, que apesar de não ter resultados imediatos e visíveis, à partida, foram de especial relevância para o desenvolvimento de todo o meu trabalho de estágio.

Elaboração de artigos

As tarefas relacionadas com a redação de artigos foram pontuais e executadas apenas a pedido do Dr. Carlos Medeiros, visto que o desenvolvimento do dossiê informativo ocupava grande parte das minhas horas.

No entanto, estas tarefas, fora da minha zona de conforto e dos temas que mais dominava, eram particularmente recompensadoras, permitindo-se alargar áreas de conhecimento.

Entre estes temas elaborei a redação de artigos intitulados:

- Capitais Europeias da Cultura 2019⁶²
- Presidência da Roménia do Conselho da UE⁶³
- Cidade Verde Europeia 2019⁶⁴
- Cidade Europeia da Juventude 2019⁶⁵

Atividades

Cerimónia de atribuição do Prémio Jacques Delors 2017

O PJD foi instituído pelo CIEJD em 1996 e incentiva e distingue trabalhos académicos considerados atuais e inovadores, relacionados com a temática europeia, em língua portuguesa.

No dia 27 de novembro de 2018, no auditório do Edifício Caleidoscópico (onde funciona a Biblioteca Jacques Delors), Campo Grande, o PJD foi atribuído à Dra. Dina Sebastião pela obra intitulada “Mário Soares e a Europa: Pensamento e Ação”⁶⁶. Foram também atribuídas duas menções honrosas, a primeira à Dra. Carla Valadas pela obra “A Europeização das políticas de emprego em Portugal”⁶⁷, e a segunda à Dra. Sophie Fernandes pela obra “A proteção dos Direitos Fundamentais pelo Direito da UE: da Carta aos Estados, o enigma da Esfinge”⁶⁸.

⁶² http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7600

⁶³ <https://eurocid.mne.gov.pt/presidencia-ue-romenia>

⁶⁴ http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=7399&p_est_id=14952.

⁶⁵ *Idem.*

⁶⁶ https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/18136/1/Dissertacao_MarioSoares_Europa.pdf

⁶⁷ <https://infoeuropa.eurocid.pt/registo/000077442/documento/0001/>

⁶⁸ <https://infoeuropa.eurocid.pt/registo/000078113/documento/0001/>

Este evento contou com a presença da Diretora do CIEJD, a Dra. Regina Quelhas Lima, com o representante do Banco de Portugal, o Dr. José de Matos, e o Diretor da Editora Principia, o Dr. Henrique Mota. As suas intervenções de boas vindas foram seguidas pelos testemunhos pessoais da jornalista Clara Ferreira Alves e de João Soares. Após a entrega dos três prémios, a cargo do Sr. Embaixador Rui Vinhas (DG DGAE), foi tempo de todas as laureadas intervirem.

Para a realização deste evento foi necessário um trabalho de equipa bastante exigente. Apesar de não ter estado envolvida durante o decorrer das candidaturas para o PJD 2017, participei na organização do evento, nomeadamente no apoio na conceção e implementação da organização do espaço onde se realizou o evento, receção e acompanhamento de convidados, participação na coordenação durante o decorrer do evento, e divulgação do mesmo.

Career Development Roundtable 2018

Lisboa recebeu nos dias 3, 4 e 5 de dezembro de 2018 a *Career Development Roundtable 2018*, uma reunião anual da comunidade de recursos humanos das organizações internacionais. Intitulada *Setting Sail for the Digital Age*, este evento foi acolhido pelo MNE (com especial organização do IDI), com o apoio do UNFPA e da IOM, e ocorreu no *PT Meeting Center*, Parque das Nações.

O evento teve início no dia 2 de dezembro, com uma receção no restaurante *A Travessa do Fado*, durante a hora de jantar, para todos os participantes do evento.

O dia 3 de dezembro começou com uma abertura feita pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Santos Silva, ao qual se seguiu uma apresentação de Vivienne Ming, uma neurocirurgiã que foca o seu trabalho em inteligência artificial. O dia seguiu com debates e conferências.

No dia 4 de dezembro foi a vez do Sr. Embaixador Álvaro Mendonça e Moura abrir o dia de debates e conferências, que durou o resto do dia.

À semelhança de anos anteriores o último dia do evento foi aberto ao público em geral. Neste dia todas as organizações representadas neste evento tiveram oportunidade de receber *Curriulae vitae* de cidadãos portugueses, previamente inscritos. Este evento teve mais de 1.000 pessoas inscritas.

A realização deste evento dependeu maioritariamente do IDI que solicitou ajuda a todos os serviços internos do MNE, que pudessem dispensar os seus estagiários.

No total trabalharam sete estagiários do MNE, sob a tutela de uma equipa de sete membros do IDI. A participação dos estagiários, onde eu me incluía, foi maioritariamente na ajuda logística e na organização de espaço durante os dois primeiros dias, e receção dos participantes no último dia do evento.

Open Day DGAE – Lançamento Oficial do Novo Portal Eurocid

No dia 10 de maio de 2019, e integrado nas celebrações do dia 9 de maio (Dia da Europa), a DGAE abriu as suas portas a estudantes de mestrado e doutoramento, que procurassem saber mais sobre as instalações e a história dos assuntos europeus dentro do MNE.

No decorrer deste evento, que contou com as boas vindas do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, com uma explicação da história do Palácio, proferida pelo Sr. Embaixador Manuel Côrte-Real, e com um discurso proferido pela SEAE, a Dra. Ana Paula Zacarias, relativo às oportunidades de carreiras a nível europeu para os jovens portugueses, a Diretora do CIEJD, a Dra. Regina Quelhas Lima apresentou o novo Portal do CIEJD.

A realização deste evento dependeu de diversos serviços do MNE, pelo que a minha participação foi meramente numa ótica logística, de organização de espaço e receção de convidados.

Parte II – Parlamento Europeu 2014-2019

*“For this is the first time in history, a history in which we have so frequently been divided, pitted one against the other, bent on mutual destruction, that the people of Europe have together elected their delegates to a common assembly representing, in this Chamber today, more than 260 million people. Let there be no doubt, these elections form a milestone on the path of Europe, the most important since the signing of the Treaties.”*⁶⁹

Introdução

Como referido previamente, o segundo capítulo deste relatório comporta um trabalho de investigação quantitativo, focado numa análise biográfica dos deputados eleitos para a legislatura do Parlamento Europeu 2014-2019. Com a análise da informação recolhida sobre os 751 eurodeputados eleitos, pretende-se observar a presença, ou não, de padrões de comportamento entre os 28 EM.

Este capítulo irá incluir uma concisa introdução sobre a relevância dos deputados para a atividade do PE, fundamentando a opção do tema, enquadrado no tema mais abrangente do relatório de estágio, as eleições europeias de 2019.

Um segundo capítulo será elaborado, com o propósito de apresentar os resultados estatísticos alcançados. O método estabelecido para o desenvolvimento deste pequeno trabalho de investigação está fortemente alicerçado numa análise quantitativa, pelo que a utilização de métodos estatísticos era a que melhor se adequava a esta questão.

Para o desenvolvimento deste trabalho recorreremos a fontes bibliográficas digitais oficiais, ou seja, às fichas biográficas preenchidas pelos deputados quando ingressam no PE, às fichas biográficas disponibilizadas pelos seus partidos políticos, ou aos seus *sites* pessoais, com propósitos de campanha política. Este trabalho de pesquisa de dados foi realizado na íntegra para todos os 751 deputados integrantes da oitava legislatura do PE que tomou posse no dia 1 de julho de 2014, sendo depois realizada, na sua totalidade, a sua codificação e o tratamento estatístico da mesma.

Com a análise destas informações, pretende-se estudar um conjunto de fatores como o género, a idade, a antiguidade de funções no PE, as habilitações e a formação académica e as atividades profissionais exercidas previamente. Relativamente a estas características que são alvo de análise, atenta-se que:

- O mandato dos deputados ao PE não pode ser suspenso, o que implicou alterações

⁶⁹ Debates of the European Parliament. Sitting of Wednesday, 18 July 1979. 1979. Luxembourg. "Speech by Simone Veil (Strasbourg, 17 July 1979)", p. 20-24.

constantes no decorrer da legislatura. Desta forma, serão considerados para esta investigação os 751 deputados eleitos, por serem aqueles que, na nossa opinião, representam diretamente o eleitorado europeu. Seria extremamente confuso e trabalhoso fazer uma investigação dos mais de 840 deputados que passaram no PE durante a oitava legislatura, principalmente porque foi criado, em 2015, o grupo Europa das Nações e da Liberdade⁷⁰;

- Relativamente à idade dos eurodeputados, de forma a facilitar a compreensão dos resultados, decidimos optar por uma análise de dados agrupados;
- A antiguidade de funções no PE engloba todos os anos decorridos de trabalho no PE, o que não significa, automaticamente, a sua reeleição;
- A habilitação académica analisada será a mais elevada, por considerar que será a mais relevante para a posição ocupada atualmente;
- As áreas de estudos dos deputados também foram agrupadas em dez categorias, de forma a facilitar o estudo dos dados: Ciências Sociais e Humanas, Direito, Ciências Socioeconómicas, Engenharia, Ciências da Saúde, Ciências Naturais, Artes, Militar, Ciências da Educação, e Desporto;
- As atividades profissionais exercidas serão todas as descritas nas biografias dos deputados, visto que grande parte destas atividades permitem que outras sejam desenvolvidas em paralelo, o que dificultou a tentativa de analisar apenas o cargo ocupado antes da eleição para o PE. Desta forma, optou-se por analisar todos os cargos anteriormente ocupados, o que permitirá uma visão bem mais alargada do passado profissional dos representantes no PE;
- Ainda relativamente às atividades profissionais, é de referir que estas foram também agrupadas, de forma a facilitar a leitura dos dados obtidos, em cinco categorias: Docente, que engloba qualquer cargo numa instituição de ensino, seja esta pública ou privada; Funções Políticas; Jornalista, seja este para empresas públicas ou privadas; Trabalhador Independente ou no Setor Privado; e Administração Pública;
- Para a apresentação dos resultados relativos aos cargos políticos exercidos, importa referir que a informação foi agrupada: Presidente da República; Primeiro Ministro; Parlamento Nacional, incluindo portanto deputados e senadores (no caso de um eurodeputado ter ocupado estes dois postos, só será contabilizado uma vez); Governo Nacional (ministros e secretários de estado); Governo Intermédio (devido às

⁷⁰ <https://www.enfgroup-ep.eu/>

diferenças de divisão regional dos EM, considerámos nesta categoria governos estatais e regionais); Governo Local; Partido Político e/ou Sindicato, não tendo que exercer um cargo de chefia em qualquer um deles; Organização Internacional e Organização Não Governamental (nesta última apenas foram considerados os que exerceram cargos de chefia); Carreira Diplomática;

- É privilegiada a apresentação dos resultados em tabelas, e não em forma gráfica, visto necessitarmos de apresentar os números no seu valor real e no seu valor percentual;
- O trabalho de investigação está todo concentrado numa base de dados (ver Anexo B) que, para facilidade de compreensão, será subdividida em tabelas consoante as variáveis que estivermos a analisar.

Por fim, será realizado um terceiro capítulo, em jeito de conclusão, com as ilações consideradas relevantes que surjam desta pesquisa e análise. Pretendemos identificar as limitações encontradas, bem como demonstrar que nos foi possível cumprir todos os objetivos a que nos propusemos de uma forma clara e concisa.

Legislatura 2014 -2019

Modo de eleição

“O PE é a Assembleia eleita nos termos dos Tratados europeus⁷¹, no termo do Ato de 20 de setembro de 1976⁷² relativo à eleição dos deputados por sufrágio universal direto, e depende também das legislações nacionais, e da aplicação dos Tratados nestas”. Relativamente às regras comuns:

- Qualquer cidadão residente num EM que não seja o da sua nacionalidade, tem o direito de eleger e de ser eleito⁷³;
- As eleições devem basear-se na representação proporcional e utilizar o sistema de listas ou o sistema de voto único transferível⁷⁴;

⁷¹ Vide Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (texto consolidado) J.O. C. 202 (16-06-07) 3, disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016E/TXT&from=EN>

⁷² Vide Acto relativo à eleição dos representantes ao Parlamento Europeu por sufrágio universal directo (texto consolidado) J.O. L. 278 (76-10-08) 5, disponível em [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:01976X1008\(01\)-20020923&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:01976X1008(01)-20020923&from=PT)

⁷³ Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (texto consolidado) J.O. C. 202 (16-06-07) 3, art. 22º

⁷⁴ 2002/772/CE, Euratom: Decisão do Conselho, de 25 de Junho de 2002 e de 23 de Setembro de 2002, que altera o acto relativo à eleição dos representantes ao Parlamento Europeu por sufrágio universal directo, anexo à Decisão 76/787/CECA, CEE, Euratom J.O. L. 283 (02-10-21) 1-4, art. 1º

- O mandato de deputado ao PE é incompatível com vários cargos⁷⁵.

Relativamente às regras sujeitas a disposições nacionais, verificamos que, entre outras⁷⁶:

- Em cinco EM (BE, FR, IE, IT e UK) o território nacional é repartido em vários círculos eleitorais;
- O direito de voto é atribuído em todos os EM aos 18 anos, exceto na AT, que é atribuído aos 16 anos. Em quatro EM (BE, LU, CY e EL) é obrigatório exercer este direito;
- Qualquer cidadão da UE que seja residente num EM do qual não é nacional tem o direito de se apresentar a eleição para o PE no seu estado de residência, desde que satisfaça os requisitos em matéria de elegibilidade que esse EM impõe aos seus nacionais;
- Relativamente ao número de deputados os lugares no PE devem ser preenchidos mediante a aplicação do princípio da proporcionalidade degressiva⁷⁷;
- O período para as eleições inicia-se a uma quinta feira de manhã e encerra no domingo seguinte, tendo cada EM a obrigação de estabelecer o dia e horário precisos⁷⁸;
- Apenas em nove EM (DE, ES, FR, EL, PT, UK, EE, HU e RO) não existe a possibilidade de o eleitor modificar a ordem dos candidatos nas listas que se apresentam a eleições;
- Relativamente à conversão de votos são utilizados vários sistemas e diversas versões do mesmo sistema. O método de Hondt⁷⁹ é o mais comum, apesar de ser utilizado em diferentes formas (como Sainte-Lague, Hare Niemeyer ou Hagenbach-Bischof), mas também é utilizado o voto único transferível.

⁷⁵ 2002/772/CE,Euratom: Decisão do Conselho, de 25 de Junho de 2002 e de 23 de Setembro de 2002, que altera o acto relativo à eleição dos representantes ao Parlamento Europeu por sufrágio universal directo, anexo à Decisão 76/787/CECA, CEE, Euratom J.O. L. 283 (02-10-21) 1-4, art. 7º

⁷⁶ <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/direitos-eleitorais-2>

⁷⁷ Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (texto consolidado) J.O. C. 202 (16-06-07) 3, disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016E/TXT&from=EN>. Este conceito está definido como “embora os lugares sejam distribuídos de acordo com a dimensão populacional dos Estados-Membros, os Estados-Membros com mais população aceitam estar sub-representados para favorecer uma maior representação dos Estados-Membros menos populosos: quanto maior for o país, menor é o número de lugares em relação à sua população.”

⁷⁸ 2002/772/CE,Euratom: Decisão do Conselho, de 25 de Junho de 2002 e de 23 de Setembro de 2002, que altera o acto relativo à eleição dos representantes ao Parlamento Europeu por sufrágio universal directo, anexo à Decisão 76/787/CECA, CEE, Euratom J.O. L. 283 (02-10-21) 1-4, art. 10-11º

⁷⁹ O método de Hondt, integra a categoria dos métodos de divisores - por contraposição à categoria dos métodos de maiores restos - pois a operação matemática consiste precisamente na divisão do número total de votos obtidos por cada candidatura por divisores previamente fixados, no caso 1, 2, 3, 4, 5, e assim sucessivamente. Ver mais em <http://www.cne.pt/content/metodo-de-hondt>.

Composição do PE

Nos termos da Decisão do Conselho Europeu 2013/312/UE⁸⁰, ficou estabelecido que a oitava legislatura seria composta por 751 deputados eleitos.

É de ressaltar que, ao contrário do que aconteceu nas últimas quatro legislaturas do PE, o número de assentos parlamentares não teve de ser alterado no decorrer dos cinco anos de legislatura, visto não ter havido nenhum processo de alargamento da UE⁸¹.

Relativamente à distribuição de lugares (ver Anexo C), podemos verificar que, em termos nacionais, a DE é o país com mais deputados (96) e que CY, EE, LU e MT são os que têm menos (6). Será assim, o melhor exemplo para demonstrar o conceito de proporcionalidade degressiva: considerando que o país menos populoso de todos seria MT⁸², cada deputado eleito corresponderia a 71.500 habitantes, enquanto que na DE cada deputado correspondia a 845.833 habitantes. Para se aplicar um princípio proporcional, considerando que MT continua com 6 deputados, DE deveria ter a possibilidade de eleger, aproximadamente, 1134 eurodeputados.

Em termos de grupos parlamentares, verificamos que o PPE é o grupo dominante (28,76%) e que o número de deputados NA iguala o valor do grupo EFDD (6,39%), que é superior aos Greens/EFA, o menos representativo (6,26%).

Relativamente à distribuição de eurodeputados dentro de cada EM, como seria previsível pela lógica, os países com mais deputados estão representados em mais grupos: DE, FR e UK têm representação em sete dos oito grupos. No entanto, surpreende ver que NL tem o mesmo número. É também de sublinhar que o UK tem deputados presentes em todos os grupos, exceto no PPE, aquele com mais deputados.

No outro extremo, MT tem representação apenas em 2 grupos, seguida do CY e da RO em 3 grupos. Também aqui será de frisar o desequilíbrio da RO, visto que 50% dos seus deputados se encontram no S&D, 47% no PPE e 3% no ALDE.

Importa também referir que o PPE é o grupo mais representado em 15 países (oscilando entre os 27,78% na AT e 62,50% na SE), que os Greens/EFA não são o grupo mais representado em nenhum país, e que o ECR é apenas o mais representado na DK (30,77%), o EFDD é o mais representado no UK (32,88%) e os NA são os mais representados em FR (31,08%).

Em relação ao número de deputados reeleitos, em comparação com o número de eleitos

⁸⁰ Decisão do Conselho Europeu de 28 de junho de 2013 que fixa a composição do Parlamento Europeu (2013/312/UE), disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32013D0312>

⁸¹ Na 7ª Legislatura (2009-2014) a Croácia aderiu à UE; na 6ª Legislatura (2004-2009) a UE alargou-se à Bulgária e à Roménia; na 5ª Legislatura (1999-2004) deu-se o “alargamento a Leste”, com a adesão do Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslovénia e Eslováquia; na 4ª Legislatura (1994-1999) a AT, Finlândia e Suécia aderiram à UE.

⁸² Disponível em <https://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+m%C3%A9dia+anual-1951>

pela primeira vez (ver Anexo D), podemos afirmar que o país com maior percentagem de deputados reeleitos é a DE (69%), logo seguida do LU (67%) e da HU (64%).

Considerando que, dos 751 eleitos, 355 foram reeleitos (47,27%), 13 países ficam abaixo deste valor, mas destacamos a EL (0%), IT (25%) e a CZ (29%).

Em termos de grupo parlamentar constata-se que os novos deputados dominam em cinco dos oito grupos considerados (na EFDD os novos representam 85,42%, enquanto nos NA representam 80,77%) e que no ECR estão equiparados.

Caracterização por Género

Dos 751 eurodeputados iniciais, podemos verificar (ver Anexo E) que existiam 276 mulheres (36,75%) e 475 homens (63,25%). O EM com maior percentagem de mulheres (66,67%) era MT, seguida da SE (55%), IE (54,55%), FI (53,85%) e EE (50%), sendo estes os únicos EM onde o número era, pelo menos, igual. No oposto encontramos a LT (9,09%), o CY (16,67%), a HU (19,05%), a PL (23,53%), a EL e a CZ (23,81%), sendo estes os países onde as mulheres não representam nem ¼ do total de deputados.

Em termos de grupos parlamentares, podemos constatar que, excetuando a GUE/NGL, em que as mulheres representam 50% do grupo, todos são maioritariamente compostos por homens, sendo a diferença mais visível no ECR (21,43%) e nos NA (26,92%).

Caracterização por Idade

Tendo em conta o universo total dos eurodeputados no início da oitava legislatura, a idade média de todos os deputados encontra-se nos 51,8 anos. Este valor é mais reduzido para os homens, em que a média é de 50,7 anos. Para as mulheres o valor é de 52,4 anos.

A idade mínima é de 27 anos (dos eurodeputados Anders Primdahl Vistisen da DK e Terry Reintke da DE) e a idade máxima é de 92 anos (do eurodeputado Emmanouil Glezos da EL).

Relativamente às classes etárias (ver Anexo F) é de notar que a classe mais representada é dos 50-59 anos (34,22%), com valores nacionais que variam entre os 66,67% (CY) e os 26,92% (NL); e a classe menos representada é 25-29 anos (2,13%), com valores que variam entre os 17,65% (BG) e 0% em 20 dos 28 EM. A classe 25-29 anos não é a mais representada em nenhum dos países da UE, enquanto que a classe 50-59 anos é a mais representada em 19 EM.

É de evidenciar uma maioria absoluta de deputados com mais de 50 anos (59,25%) e uma clara distinção entre géneros, visto que os homens acima dos 50 anos representam 38,48% do total, enquanto as mulheres acima dos 50 anos representam 20,77%.

Em termos de idades médias dos EM o país com o valor mais baixo é a BG (43,8 anos) e o valor mais elevado é o da EE (57,5 anos). O EM com menor diferença entre o eurodeputado

mais velho e o mais novo é o CY (13 anos) e a maior diferença pode verificar-se na EL (58 anos).

Quando analisamos a idade dos deputados em contexto de grupos parlamentares (ver Anexo G), verificamos que os dois eurodeputados mais novos mencionados acima fazem parte do ECR e dos Greens/EFA, enquanto o mais velho faz parte do GUE/NGL. A média mais elevada de idade pode ser encontrada no ALDE (53,8 anos) e a mais baixa no GUE/NGL (50,3 anos).

Verificamos também que todas as classes etárias estão representadas em todos os grupos parlamentares, apesar de a classe 50-59 anos ser a mais representada em seis dos oito grupos, e a classe 40-49 anos ser a mais representada nos restantes dois grupos (ECR e EFDD).

Caracterização por Antiguidade

Relativamente ao trabalho dos deputados, mais relevante do que a sua idade quando iniciou a Legislatura, será analisar a antiguidade da sua função, o que não corresponde obrigatoriamente à reeleição, visto ser comum aos eurodeputados interromperem as suas funções e voltarem passados alguns anos.

Dito isto, a antiguidade média total (ver Anexo H) é de 4,1 anos, apesar das diferenças claras entre os diferentes EM: a antiguidade média por EM oscila entre os 7,8 anos (LU) e 0,3 anos (EL). Acima dos 6 anos podemos encontrar também a BE (6,6), a DE (7,1) e o UK (6,3); até aos 2 anos podemos encontrar também a HR (0,7), CY (1,7), IT (2) e MT (2). Em relação ao valor médio de 4,1 anos, existem 18 EM abaixo deste valor.

Todos os EM elegeram deputados sem experiência anterior no PE, mas a antiguidade máxima varia. É de sublinhar que este valor é especialmente elevado na DE (34 anos), FR e UK (30 anos) e BE (25 anos), e especialmente reduzido na HR (2 anos), no CY, EL e LT (5 anos).

Em termos de frequência absoluta, podemos verificar (ver Anexo I) que 363 deputados (48,34%) não tinham qualquer tipo de experiência anterior no PE; seguidos por 164 (21,84%) com experiência anterior de cinco anos (tempo de duração de uma Legislatura no PE), e 77 (10,25%) com experiência de dez anos.

Quando comparamos a antiguidade por grupo parlamentar (ver Anexo J) todos os grupos estão representados por deputados eleitos pela primeira vez e o grupo com a antiguidade máxima mais baixa é GUE/NGL (10 anos).

Comparativamente ao valor médio total, é importante observar que metade dos grupos têm um valor superior e metade têm um valor inferior, de ressaltar o S&D (7,7 anos) e EFDD (1,3 anos).

Curiosamente, dois grupos com deputados com maior antiguidade (PPE e S&D) são também aqueles onde a média de antiguidade é mais elevada. No entanto, os NA também incluem um dos eurodeputados com maior antiguidade, mas apresentam um valor de antiguidade média muito baixo (2,1 anos).

Formação Académica

É importante lembrar que para a análise e estudo da variável relacionada com a formação académica apenas foi considerado o grau de estudos mais elevado. Esta informação não exclui que os restantes deputados não tenham qualquer grau académico, apenas que existem lacunas na informação e dificuldades na obtenção da informação.

No total conseguimos encontrar informação de 504 deputados (67,11% do total), dos quais 62,50% são homens (315) e 37,50% são mulheres (189). A informação apurada foi de 100% apenas num EM, no CY. Nos restantes países esta percentagem oscilou entre os 90,91% na LT e os 42,47% no UK.

Dentro do universo apurado, aferimos que 494 (98,02%) possuem um grau académico igual ou superior a licenciatura (ver Anexo K). Isto significa que 10 deputados (1,98%) têm, no máximo, o ensino secundário e estão representados em apenas 6 EM: DE, FR, IT, SE, SI e UK.

Em primeiro lugar importa referir que 215 deputados (42,66%) não têm informação específica relativamente ao grau académico. Isto acontece por duas razões: maioritariamente devido às alterações introduzidas pelo Processo de Bolonha que não nos permite distinguir qual o grau atribuído atualmente; mas também porque muita da informação disponível é referente apenas à área de estudos (ver subcapítulo Área de Estudos), sem detalhar qual o grau académico atribuído.

Esta informação é contabilizada e é maioritária em 18 EM, sendo de destacar: no LU representa 100% dos deputados que têm informação disponível; seguindo-se da LT e SK (70%); NL (68,42%); EE e CY (66,67%).

Relativamente ao grau de licenciado como grau mais elevado, apurámos 47 deputados (9,33%), em apenas 14 EM. Apenas na IE e na SE os deputados licenciados apresentam o grupo mais representado (33%).

A mesma análise permite concluir que 104 deputados (20,63%) têm como grau máximo o grau de mestrado. Apenas na DK (57,14%) e na BG (50%) o valor supera os 50%. No entanto é o grau mais atribuído também na FI e na HR (44,44%).

Relativamente ao grau de doutoramento como grau mais elevado, constatámos que se aplica a 128 deputados (25,40%). Os valores mais elevados podem ser encontrados na LV (60%) e em PT (50%). É o grau mais atribuído em mais 4 EM: PL (44,44%), MT (40%), RO (39,29%) e DE (37,70%). Na ponta oposta encontramos a DK, a EE e o LU com 0 deputados.

Esta análise permite-nos também verificar que 11 delegações nacionais têm mais deputados com grau máximo de doutoramento do que mestrado e licenciatura juntos; 3 delegações onde o valor é igual; e 14 delegações onde se verifica o contrário.

Em termos de análise dos grupos parlamentares (ver Anexo L) podemos verificar que o grupo onde existe mais informação é no PPE (82,81%), por oposição a EFDD (43,75%) e NA

(42,31%).

Relativamente aos eurodeputados que possuem o ensino secundário como grau mais elevado, podemos observar que estão distribuídos por 6 dos grupos (estão excluídos ECR e GUE/NGL), dos quais a EFDD é o que tem a representação mais elevada (4,77%).

Em sete dos oito grupos a maioria dos deputados tem a informação disponível, mas não está definida, sendo a exceção os Greens/EFA, em que 22% dos deputados tem um grau de doutoramento.

O grupo ALDE tem a maior representação de deputados com grau máximo de licenciatura (8,96%) e de mestrado (19,4%), enquanto o grupo com maior representação de deputados com grau máximo de doutoramento é o PPE (22,17%).

Área de Estudos

Podemos constatar (ver Anexo M) que, de entre o universo de deputados que têm informação disponível, a área de estudos mais comum é Ciências Sociais e Humanas (30,77%), seguida de Direito (23,89%) e Ciências Económicas (20,65%). No oposto, podemos observar as áreas Militar e Desporto (0,2%) e Artes (1,01%).

Em primeiro lugar, observamos novamente as áreas de estudos dos deputados cuja informação não é detalhada (ver Anexo N). Seguindo a linha geral, as áreas de Ciências Sociais e Humanas (28,37%) e Direito (26,89%) apresentam os valores mais elevados.

Em termos de licenciaturas (ver Anexo O), verificamos que, seguindo a lógica geral, a área mais comum é Ciências Sociais e Humanas (46,81%), seguida de Direito (23,40%), e que as áreas de Ciências Naturais, Militares, Ciências da Educação e Desporto não têm qualquer relevância.

Relativamente ao grau de mestrado (ver Anexo P), observamos que a área de Ciências Sociais e Humanas e o Direito têm a mesma relevância (28,85%), bastante próxima do valor da área das Ciências Económicas (26,92%), e que as áreas de Ciências da Saúde, Militar e Desporto não estão representadas.

No que concerne aos doutoramentos (ver anexo Q) podemos ver valores mais distribuídos, apesar das Ciências Sociais e Humanas merecerem destaque (30,47%), seguidas das Ciências Socioeconómicas (22,66%). As áreas de Artes, Militares e Desporto não estão representadas.

Quando analisamos as áreas de estudo em termos de delegações nacionais (Ver Anexo R), observamos que, seguindo os valores gerais, 17 EM têm maior percentagem de deputados formados em Ciências Sociais e Humanas, sendo o valor mais elevado o da EE (66,67%). No extremo oposto, podemos verificar que o CY, MT e a LT contrariam esta tendência, sem deputados formados nesta área.

Excetuando as áreas de Artes e Militar, todas as restantes áreas apresentam os valores mais elevados para algum EM: 9 em Direito; 7 em Ciências Económicas; 2 em Engenharia; 2 em Ciências da Saúde; 1 em Ciências Naturais; 1 em Ciências da Educação; e 1 em Desporto.

Parece bastante relevante referir que no caso da IE, a área de estudos dos deputados é bastante heterogénea, cobrindo, com igual percentagem (16,67%), 6 das 10 áreas de estudo; no LU o mesmo acontece relativamente à distribuição igual dos deputados, mas estes apenas são formados em 3 das 10 áreas; MT e EE têm os seus deputados formados em apenas duas áreas, Direito (60%) e Ciências Económicas (40%), e Ciências Sociais e Humanas (66,67%) e Direito (33,33%), respetivamente; o UK é o EM que apresenta maior heterogeneidade, com deputados formados em 8 das 10 áreas de estudos.

Em termos de grupos parlamentares (ver Anexo S) verificamos que a área das Ciências Sociais e Humanas é a maior parcela de seis dos oito grupos, excetuando ECR, onde a maior parcela está na área de Direito (28,95%) e EFDD, que se divide equitativamente entre Direito, Ciências Económicas e Ciências da Saúde (21,05%).

Atividades Profissionais

Os dados relativos às atividades profissionais, tais como os dados relativos às habilitações académicas, podem sofrer de certas lacunas na informação devido à dificuldade de obtenção da informação.

Para o caso das atividades profissionais consideramos todas as atividades relatadas pelos deputados, e não apenas a última atividade antes de assumirem o cargo de eurodeputado, visto que a informação ficaria, assim, ainda mais incompleta.

É de referir que cada atividade profissional é uma variável autónoma, e por isso as percentagens apresentadas dizem respeito ao peso relativo dos deputados com cada tipo de experiência profissional face ao número total de deputados. Assim, as percentagens não irão formar os 100%, já que um deputado pode exercer diferentes atividades ao longo da sua carreira.

Em termos gerais (ver Anexo T), aferimos o percurso profissional de 613 deputados (81,62%). A informação apurada foi de 100% no CY, LT, LU, MT, SI e SK. Nos restantes países essa percentagem oscilou entre os 94,12% na BG e os 55% na SE, que é também o único EM cuja informação encontrada é inferior a 60% do total da delegação nacional.

Dentro do universo apurado, o valor que nos salta definitivamente à vista é o referente às Funções Políticas: 539 deputados (87,93%) exerceram qualquer tipo de função política antes de assumirem o mandato de deputado ao PE. Esta categoria é, sem dúvida, a mais elevada em todos os EM, mas convém ressaltar que apresenta valores iguais para os Trabalhadores Independentes/Privado e Administração Pública em MT (66,67%), valores iguais aos Trabalhadores Independentes/Privado nos NL (73,68%), e valores iguais à Administração Pública

na SI (75%).

Em 8 EM a percentagem de deputados que exerceram Funções Políticas anteriormente é de 100%, contrastando com o valor mais baixo (57,14%) na EL.

A segunda atividade mais comum é a de Trabalhador Independente/Privado (58,24%) que, apesar de não se apresentar como a maior em nenhum EM, tem valores consideravelmente elevados, que oscilam entre os 25% na SI e os 75,86% na RO. Parece-me importante referir que em 20 EM este valor é igual ou superior a 50%.

Relativamente à Administração Pública que representa um total de 214 deputados (34,91%), os valores mais baixos encontram-se na IE (0%), SK (7,69%) e SE (9,09%), enquanto os valores mais elevados se encontram na SI (75%), MT (66,67%), CZ (63,16%) e DK (62,5%).

É de salientar também a atividade de Docente, ocupada por 189 deputados (30,83%), enfatizando o valor completamente desfasado de PT (68,42%) relativamente à média europeia. Apenas mais um país, a PL (55,56%) apresenta um valor superior aos 50%, deixando os restantes EM com valores concentrados entre os 0% na SI e os 44,83% na RO.

Por fim, os jornalistas representam apenas 6,85% dos deputados eleitos, pertencentes a 20 EM, chegando, no máximo, a atingir os 30% da FI.

Em relação aos grupos parlamentares (ver Anexo U) podemos observar algumas diferenças, nomeadamente o facto de termos conseguido recolher a informação de 99,55% dos deputados do PPE, em oposição aos 51,92% dos NA e 58,33% da EFDD. Nos restantes grupos, esse valor superou sempre os 65%.

Em segundo lugar, observamos que as Funções Políticas não são as atividades mais desenvolvidas em todos os grupos políticos, visto que na EFDD o valor dos Trabalhadores Independentes/Privado é superior (82,14%).

Não existe nenhuma atividade profissional que não esteja representada em todos os grupos políticos. Mesmo no caso do Jornalismo, atividade menos desempenhada pelos deputados antes de exercerem funções no PE, os valores oscilam entre os 3,57% e os 11,11%.

Cargos Políticos

Dentro do universo que são todos os eurodeputados eleitos para a oitava legislatura, pretendemos dar um foco especial na questão às Funções Políticas, aferindo que cargos ocuparam estes deputados.

É importante referir que, tal como as atividades profissionais foram analisadas como variáveis independentes, o mesmo acontece relativamente aos cargos políticos, pela mesma razão. Olhando para a imagem geral (ver Anexo V), parece importante salientar que:

- apenas um deputado (0,19%) exercera funções de Presidente da República (Rolandas Paksas da LT);

- 12 deputados (2,23%) ocuparam o cargo de Primeiro Ministro, correspondendo a 25% da delegação de MT, FI e EE;
- 21 deputados (3,9%) ocuparam funções diplomáticas no seu país de origem, destacando os 50% de MT e os 30% da LT;
- 102 deputados (18,92%) ocuparam posições em Organizações Internacionais ou em cargos de chefias de ONGs, dos quais destacamos a EL (62,5%), o LU (60%) e MT (50%). Apenas dois países não apresentam qualquer valor nesta coluna: HU e IE.

Não é de surpreender que a maioria dos deputados tenha exercido funções em partidos políticos ou sindicatos nacionais (77,18%) antes de exercerem o seu mandato. No entanto, ao vermos com maior detalhe, existem algumas exceções: na IE este cargo foi ocupado por apenas 40% dos deputados; o valor da BG (41,67%), EE (50%) e PL (52,38%) aproximam-se também desta realidade. No extremo oposto, com valores acima dos 90% podemos encontrar a HU (90,91%), ES (91,89%) e MT e PT (100%).

Em segundo lugar, encontramos valores relativos a cargos de Governo Local (46,57%). Excetuando MT, que apresenta 0 deputados nestas condições, os restantes EM apresentam valores entre os 12,50% na EL e os 78,95% na BE.

Relativamente aos cargos de Governo Intermédio (24,12%) já encontramos maiores diferenças: 8 delegações nacionais que não apresentam qualquer deputado com este passado profissional, e com valores que nunca chegam aos 50%, sendo os mais próximos a DE (45,45%), IT (44,90%) e ES (43,24%).

Verificamos também que os cargos em Governo Nacional (27,83%) apresentam valores muito díspares, no sentido em que se apresentam consideravelmente elevados, como é o caso da SI (83,33%), da LV (80%) ou da FI (75%), ou, pelo contrário, consideravelmente reduzidos, como é o caso dos NL e MT (0%), da DE (2,60%) e do UK (8,51%).

Por fim, analisamos os deputados europeus que exerceram cargos no seu Parlamento ou Assembleia Nacional (39,70%). É de salientar que 4 EM (EE, FI, SI e SK) apresentam 100% da sua delegação com este passado profissional. Os restantes valores variam entre os 5,19% da DE e os 80% da LT.

No que concerne à análise dos cargos políticos exercidos por grupo parlamentar (ver Anexo W) constatamos, novamente, algumas diferenças, já que a informação recolhida varia entre os 88,24% no PPE e os 39,58% da EFDD, seguida logo pelos NA com 48,08%.

No entanto, podemos afirmar que todos os grupos são dominados por eurodeputados que ocuparam cargos em partidos políticos ou sindicatos nacionais. Este valor varia entre 100% na GUE/NGL e 62,79% na ECR.

Parece de extrema relevância apontar que o grupo ALDE consegue englobar a maior percentagem de deputados que ocuparam os cargos de PM, numa Assembleia Nacional, Governo

Nacional, Organização Internacional e/ou cargo de chefia em ONGs e Carreira Diplomática. Os cargos de Governo Intermédio e de Governo Local encontram as suas maiores percentagens nos NA. O único deputado que exerceu funções de PR ocupa o seu assento na bancada da EFDD.

Conclusão: o perfil dos Deputados do PE

Este capítulo pretende apresentar as conclusões gerais dos dados recolhidos e tratados ao longo do capítulo anterior, seguindo a ordem das variáveis apresentadas.

Em primeiro lugar, deve ser sublinhado que o processo de recrutamento parlamentar é altamente influenciado pelo sistema eleitoral. No caso da UE observamos as especificidades do mesmo: para além das disposições a nível nacional que, como vimos, variam entre os EM, o perfil dos eleitores europeus, no seu conjunto, apresenta-se o seguinte⁸³:

- 51% dos eleitores eram do sexo masculino; 49% do sexo feminino;
- 44% dos eleitores têm mais de 55 anos, enquanto que apenas 7% têm até 24;
- A classe dominante em termos de voto foi a classe reformada (30%), enquanto a menor foi a estudante (5%).

Apresenta-se, em termos de género, uma clara diferença entre os deputados do sexo masculino e os do sexo feminino, principalmente dentro das delegações nacionais. Esta discrepância poderá ser explicada, no caso da EE, FI e SE pelo modelo de Estado Providência implementado, que através de medidas de apoio familiar e incentivo ao trabalho, possibilitam um maior número de mulheres em qualquer atividade profissional.

Relativamente ao extremo oposto, onde o número de mulheres eleitas foi reduzido, podemos considerar a cultura política como o fator decisivo: a defesa de uma maior presença de mulheres na vida política, principalmente em cargos relevantes, tem sido realizada, tendencialmente mais por partidos de esquerda. Para além deste fator, dois dos EM são países mediterrânicos e três estão localizados na Europa Central. Todos estes países, tendencialmente, estão intrinsecamente ligados a sociedades religiosas e mais conservadoras.

No que concerne à idade dos deputados, os valores elevados sugerem que, na sua maioria, os eurodeputados se encontram já próximos do fim das suas carreiras e que muito possivelmente será o cargo final para estes. Desta forma, não se espera que a maior parte dos deputados se envolva na vida política nacional, o que pode ser, ao mesmo tempo, uma causa e uma consequência para o sentimento de afastamento dos cidadãos relativamente às questões europeias.

Observamos, no total, que 16 EM têm médias etárias superiores às da UE. Este grupo

⁸³ Eurobarómetro de 2015 “Desk Research post European Elections 2014”

inclui quatro membros fundadores das Comunidades Europeias, países com um número populacional bastante reduzido, e países relevantes para a cena europeia atualmente: EM com fortes ideologias relativamente à UE (EL, PL, UK) vêm nas eleições europeias um momento de defesa dos seus interesses, pelo que se apresenta normal a eleição de pessoas com passados políticos e atividades profissionais marcantes.

Podemos observar que os países com maior antiguidade no PE são países fundadores das Comunidades Europeias, o que revela uma fraca rotação dos candidatos recrutados para lugares elegíveis, sublinhando a experiência política como determinante na eleição destes candidatos.

O UK também se encontra neste leque devido à sua cultura política: apesar de os seus cidadãos serem dos que se sentem menos ligados à UE⁸⁴, os eurodeputados mais antigos conservam os seus assentos no PE. Por outro lado, a HR apresenta os valores mais reduzidos, obviamente por ser o membro mais recente da UE⁸⁵.

Nos países com elevadas taxas de eleição de novos deputados verifica-se uma perda significativa de experiência e conhecimento acumulado, que apenas se adquire com os anos de experiência, o que representa consequências nefastas para a sua capacidade de exercer poder dentro do PE. Nestes casos, contrariamente ao primeiro pensamento relacionado com a idade, e apesar dos deputados eleitos ao PE possuírem carreiras profissionais longas, a sua experiência não passa obrigatoriamente pelo PE. Assim, concluímos que os eleitores preferem eleger deputados experientes, mas a um nível nacional, com quem sintam que têm relações de maior proximidade.

Em termos de formação académica, há que considerar as características específicas dos diferentes regimes democráticos, em que difere a facilidade de eleição de pessoas por motivos que não sejam o seu currículo académico: EM com forte tradição de eleição personalizada, caracterizada pela forte proximidade com o eleitorado; candidatos oriundos de EM caracterizados pelas suas economias competitivas (DE, FR, UK), onde muitas vezes o mérito se sobrepõe às habilitações. Por outro lado, países com fortes orientações de regimes autoritários (PT, PL) onde os títulos académicos são tradicionalmente valorizados, tendem a atribuir forte prioridade à educação dos seus candidatos.

Relativamente às áreas de estudos analisadas não há dúvida que as áreas de Ciências Sociais e Humanas, Direito e Ciências Económicas dominam os assentos parlamentares. Em termos gerais estas áreas permitem o exercício de profissões relacionada com a docência, advocacia, profissões no âmbito da administração pública, etc. Se repararmos, são profissões facilmente conciliáveis com a carreira política e com o exercício do mandato de deputado ao PE, com a possibilidade de retorno após interrupção para ingresso na vida política ativa.

Por outro lado, é possível também aferir que a dimensão da representação destes EM

⁸⁴ Eurobarómetro 79.5 de junho de 2013: “Em que medida se sente ligado à UE?”

⁸⁵ A Croácia aderiu à União Europeia a 1 de julho de 2013.

influencia, em muito, as áreas de estudo representadas, visto que o número reduzido de deputados impossibilita uma representação de todas as áreas de estudo.

Para além deste relevante fator, uma análise um pouco mais detalhada pode ser apresentada: o exercício da atividade política exige um considerável domínio do poder de argumentação, capacidade de escuta, conhecimento de legislação, que no caso do PE é nacional mas também europeia e, sobretudo, capacidades de comunicação com o eleitorado menos conhecedor dos assuntos abordados no PE. Todas as profissões anteriormente enumeradas são caracterizadas por estes fatores.

O tempo e os cargos desempenhados durante a carreira política prévia dos eurodeputados exercem, como podemos verificar, um papel fundamental na eleição dos candidatos. A importância da participação em partidos políticos e sindicatos nacionais, bem como a participação em órgãos de governo local, favorece o apoio das comunidades locais, tanto em termos de eleitorado, como em termos de grupos de interesse.

De referir que esta participação permite, em muitos casos, a progressão das carreiras para órgãos de governo intermédio, nacional, ou mesmo para cargos em Assembleias nacionais. Esta progressão é específica de cada país:

- Dependem da idade dos deputados, e da relevância atribuída ao exercício de cargos políticos relevantes;
- Dependem da antiguidade das funções, visto que quanto mais tempo é exercida uma profissão, menor é a probabilidade de terem sido exercidos outros cargos anteriormente;
- Dependem da pertença, ou não, a partidos políticos com forte tradição de exercício de poder ou se, pelo contrário, emergiram na onda recente de novos partidos políticos, que procuram responder aos novos desafios.

Relativamente às conclusões obtidas em relação aos grupos parlamentares, apresenta-se de maior dificuldade a exposição de traços comuns. Os deputados constituem-se em grupos por afinidades políticas, sem existir necessidade de verificação ou aprovação por parte do PE. O resultado das eleições europeias de 2014 foi a formação de uma assembleia com representação de 203 partidos nacionais⁸⁶.

No entanto, há algumas linhas gerais que podemos traçar:

- Os dois grupos formados pelos partidos europeus mais antigos, o PPE e o S&D,

⁸⁶ European Parliamentary Research Service (2015). *Review of European and National Election Results: Special edition on 2014 European Elections*. Public Opinion Monitoring Series.

apresentam os valores mais elevados em termos de antiguidade, apesar de não apresentarem os deputados com maior idade, caracterizados pelas fortes ideologias e, por isso, incluídos em grupos como NA ou Greens/EFA;

- Relativamente aos grupos conservadores, são predominantes em EM com uma situação política nacional mais frágil (UK, PL), onde emergem os discursos antieuropeus. Apresentam as exigências e as insatisfações das suas populações nacionais dentro do palco europeu, afirmando que a vaga de globalização não lhes foi favorável, nomeadamente nas questões de imigração e segurança nacional.

Em termos gerais, podemos afirmar que em termos de perfil demográfico e social, os deputados eleitos para a oitava legislatura do PE apresentam um quadro bastante claro:

São na sua maioria homens, com mais de 50 anos, que possuem habilitações académicas superiores nas áreas de ciências sociais, direito ou economia, com um passado profissional na vida política do seu país, com ideologias políticas moderadas.

A sua eleição foi determinada tanto pela ação dos partidos políticos nacionais, ao apresentarem uma generalidade de candidatos com estas características, mas também devemos considerar a maior disponibilidade de determinados grupos sociais ocuparem estas funções: homens, de meia-idade, relativamente bem instruídos têm o tipo de disponibilidade familiar, social e profissional para ocupar estes cargos, que não se verifica em mulheres da mesma idade que, geralmente, não terão os mesmos níveis de instrução.

Considerações finais

O presente texto pretende apresentar um balanço do trabalho desenvolvido e dos resultados práticos do estágio no CIEJD.

Neste contexto, devo expressar alguma surpresa relativamente à comprovação de um declínio do apoio relativamente ao projeto europeu, um desinteresse geral por parte dos cidadãos portugueses por questões europeias, e um desconhecimento total dos direitos e deveres enquanto cidadãos europeus, apesar de todos os esforços aplicados para inverter esta tendência.

A especialização que este estágio permitiu desenvolver relativamente à questão europeia possibilitou a obtenção de mais e melhores conhecimentos sobre esta temática, bastante relevante na atualidade, ao mesmo tempo que me permitiu desenvolver capacidades de análise, síntese, seleção e redação de informações.

De forma a colmatar as falhas anteriormente apontadas, seguindo a linha condutora e o objetivo primordial do CIEJD, os resultados obtidos foram, em tempo útil para as eleições, publicados e divulgados para todos os cidadãos, na esperança de simplificar conceitos e clarificar preconceitos.

Apresenta-se, assim, da maior importância evidenciar o trabalho desempenhado pelo CIEJD diariamente, onde o leque de atividades e de oportunidades apresentadas aos cidadãos portugueses se revelam de extrema importância.

Posso afirmar que, considerando o objetivo primordial do CIEJD de proporcionar aos cidadãos um conhecimento fundamentado sobre os valores, políticas, instituições e programas da UE, de modo a permitir uma cidadania europeia mais ativa e participativa, o trabalho desenvolvido ao longo do estágio correspondeu a todas estas expectativas.

O trabalho desempenhado, descrito anteriormente, mostrou-se diverso, em diferentes vertentes, apesar de ter seguido sempre uma linha condutora. Desta forma, foi possível perceber como funcionam as atividades organizadas por este organismo.

Os moldes em que o estágio decorreu permitiu, logo à partida, uma rápida integração na equipa do CIEJD, pautada em todos os momentos por uma excelente capacidade de trabalho em equipa, entajada e relacionamento interpessoal, de extrema importância para a capacidade de resolução de problemas que foram surgindo.

Efetivamente, terminado este período, o CIEJD não foi apenas um local de trabalho, mas sim um local de aprendizagem, essencial para estabelecer uma relação entre os graus académicos anteriores e o mercado e técnicas de trabalho, possibilitando um aumento da minha capacidade de raciocínio e resposta sobre temas europeus.

Em termos pessoais afirmo, com toda a certeza, que a realização deste estágio curricular foi uma oportunidade de trabalhar num organismo de referência do Estado português, determinante para a minha formação, tanto em termos pessoais como profissionais.

Quanto à investigação por mim proposta, é de frisar a influência do trabalho realizado durante todo o período de estágio e o interesse despertado em mim durante a realização do dossiê informativo. Foi possível aprofundar as capacidades de análise, seleção, tratamento e redação dos dados recolhidos, questões mais práticas da vertente teórica do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais.

Referências Bibliográficas

2002/772/CE, Euratom: Decisão do Conselho, de 25 de Junho de 2002 e de 23 de Setembro de 2002, que altera o acto relativo à eleição dos representantes ao Parlamento Europeu por sufrágio universal directo, anexo à Decisão 76/787/CECA, CEE, Euratom J.O. L. 283 (02-10-21)

Acto relativo à eleição dos representantes ao Parlamento Europeu por sufrágio universal directo (texto consolidado) J.O. L. 278 (76-10-08)

Aviso nº 2304/2018: Alteração à estrutura curricular e plano de estudos do ciclo de estudos conferente de grau de mestre em Ciência Política e Relações Internacionais a ter efeito a partir do ano letivo 2017-2018, de 20 de fevereiro de 2018 do Diário da República, 2ª Série, Nº 36

Building parliament. (2009). Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Covas, A. (2017). União Europeia: Uma Breve História do Futuro para um Governo dos Bens Comuns Europeu. In: *Análise Europeia* 3. pp.56-78.

European Parliamentary Research Service (2015). *Review of European and National Election Results: Special edition on 2014 European Elections*. Public Opinion Monitoring Series.

Freire, A. (2001). *Recrutamento parlamentar*. Lisboa: Stape.

Debates of the European Parliament. Sitting of Wednesday, 18 July 1979. 1979. Luxembourg. "Speech by Simone Veil (Strasbourg, 17 July 1979)", p. 20-24.

Decreto Regulamentar nº 12/2012 de 19 de janeiro de 2012 do Diário da República, 1ª Série, Nº 14

Decreto-Lei nº 121/2011 de 29 de dezembro de 2011 do Diário da República, 1ª Série, Nº 249

Decreto-Lei nº 207/2007 de 29 de maio de 2007 do Diário da República, 1ª Série, Nº 103

Decreto-Lei nº 251-A/2015 de 17 de dezembro de 2015 do Diário da República, 1ª Série, Nº 246

Despacho nº 13561/2012 de 18 de outubro de 2012 do Diário da República, 2ª Série, Nº 202

Despacho nº 3748/2012 de 14 de março de 2012 do Diário da República, 2ª Série, Nº 53

Juncker, J. (2016). *State of the Union 2016*. Bruxelas: EU publications.

Mariano, K. and Assunção, D. (n.d.). A Representação Democrática no Parlamento Europeu. In: *Integração*

com Democracia: o Desafio para os Parlamentos Nacionais. pp.49-63.

Parlamento Europeu Gabinete em Portugal (2004). *Um Parlamento Diferente dos Outros*.

Portaria nº 32/2012 de 31 de janeiro de 2012 do Diário da República, 1ª Série, Nº 22

Schmitt, H., & Toygür, I. (2016). European parliament elections of May 2014: Driven by national politics or EU policy making? *Politics and Governance*.

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (texto consolidado) J.O. C. 202 (16-06-07) 3

<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/web/documentos/ciejd/historia/000021627.pdf>

https://ec.europa.eu/solvit/index_pt.htm.

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:a12000>.

<https://eurocid.mne.gov.pt/apoios>

<https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/9-de-maio-9-escolas>

<https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/aulas-jacques-delors-2>

<https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/conteudos-ciejd-sobre-ue-0>

<https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/iniciativa-de-cidadania-europeia>

<https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/premio-jacques-delors-1>

<https://eurocid.mne.gov.pt/consultas-publicas>

<https://eurocid.mne.gov.pt/empregos>

<https://eurocid.mne.gov.pt/encontros-com-os-cidadaos>

<https://eurocid.mne.gov.pt/premios>

<https://eurocid.mne.gov.pt/voluntariado>

<https://infoeuropa.euroid.pt/files/web/documentos/ciejd/historia/000021747.pdf>

<https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000021603/documento/0001/>.

<https://www.europarl.europa.eu/infographic/european-parliament-timeline/index.html#event-20190523>

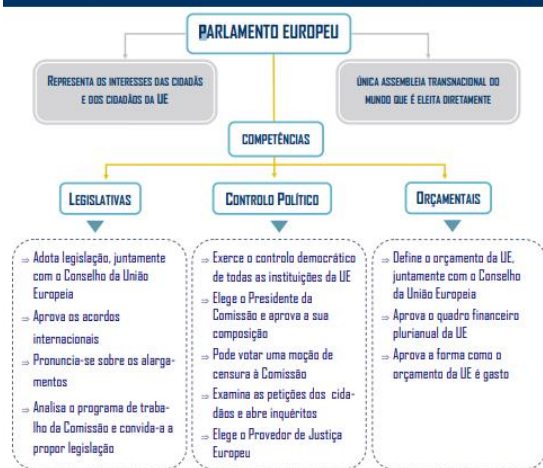
<https://www.pordata.pt/Europa/Popula%ca7%ca3o+residente+m%ca9dia+anual-1951>

Anexos

Anexo A



Eleições Europeias 26 de maio 2019



COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU *

Estado-Membro	População Dados 2017	Nº de Deputados a eleger
Alemanha	82.521.653	96
França	66.989.083	74
Reino Unido	65.808.573	73
Itália	60.589.445	73
Espanha	46.527.039	54
Polónia	37.972.964	51
Roménia	19.644.350	32
Países Baixos	17.081.507	26
Bélgica	11.351.727	21
Rep. Checa	10.578.820	21
Grécia	10.768.193	21
Portugal	10.309.573	21
Hungria	9.797.561	21
Suécia	9.995.153	20
Áustria	8.772.865	18
Bulgária	7.101.859	17
Dinamarca	5.748.769	13
Finlândia	5.503.297	13
Eslóvaquia	5.435.343	13
Irlanda	4.784.383	11
Croácia	4.154.213	11
Lituânia	2.847.904	11
Eslóvenia	2.065.895	8
Letónia	1.950.116	8
Estónia	1.315.635	6
Chipre	854.802	6
Luxemburgo	590.667	6
Malta	460.297	6
Totais	511.521.686	751

Fonte: População em 2017, Eurostat

751 Membros

Portugal e as Eleições Europeias 1987-2014

Ano	% participação	% abstenção
1987	72,16	27,84
1989	51,17	48,83
1994	35,51	64,49
1999	40,03	59,97
2004	38,67	61,33
2009	36,77	63,23
2014	33,84	66,16

Fonte: Gráfica elaborada a partir de <https://www.pordata.pt/DE/Portugal/Anketa-de-Censura/Tablas>

* Decisão do Conselho Europeu, tomada com o acordo do Reino Unido, que promove o prazo previsto no artigo 504, n.º 2, do TUE, 9 de abril de 2018

PORQUE É IMPORTANTE PARTICIPAR?

- Votar nas Eleições Europeias para o Parlamento Europeu é o exercício de um dos direitos de Cidadania Europeia
- A composição do Parlamento determinará a legislação futura da União que afeta o nosso dia a dia
- As escolhas dos cidadãos e das cidadãs influenciarão quem será o próximo Presidente da Comissão Europeia

EXERCER O DIREITO DE VOTO É ESCOLHER A EUROPA QUE DESEJA NO FUTURO!



COMO PARTICIPAR?

- O recenseamento é oficioso e automático para maiores de 17 anos, quer residam em Portugal quer no estrangeiro, desde que sejam portadores de Cartão de Cidadão
- Os eleitores em Portugal devem votar na assembleia de voto que corresponda à área da sua residência. Para saber qual a sua Freguesia consulte <https://www.recenseamento.mai.gov.pt/>
- O voto é exercido direta e presencialmente pelo eleitor
- No caso de se encontrar deslocado no estrangeiro no dia da eleição é possível, em determinadas situações, votar antecipadamente nas representações diplomáticas portuguesas, entre o 12º e o 10º dia que antecedem a data das eleições

Para mais informações

<https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/servicos-consulares/recenseamento-eleitoral>

<http://www.cne.pt/content/perguntas-frequentes-eleicao-parlamento-europeu>

<https://www.portaldascomunidades.mne.pt>

"Foi Kant quem, mais perceptivamente, disse que "a luta pelo Parlamento é a luta pela liberdade". Ontem, hoje e para sempre, tem sido e será também a luta pela igualdade e solidariedade, a luta por um futuro de paz".

José María Gil-Robles Gil-Delegado, Presidente do Parlamento Europeu 1997 - 1999

Saber mais:

<http://dossier-eurocid.pt/eleicoes-europeias2019>

<https://www.elections.europe.eu> | <http://dejavotevota.eu>

<http://www.eurparl.europa.eu/about-parliament/pt/en-the-past/historical-archives>

<http://europa.eu>

<https://ec.europa.eu/eurostat>



REPÚBLICA
PORTUGUESA

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



Centro de Informação
Europeia Jacques Delors
Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Anexo D

País	Lugares	PPE		S&D		ECR		ALDE		GUE/NGL		Greens/EFA		EFDD		NA		Total		Total Percentagem		
		Re-eleito	Novo	Re-eleito	Novo	Re-eleito	Novo	Re-eleito	Novo	Re-eleito	Novo	Re-eleito	Novo	Re-eleito	Novo	Re-eleito	Novo	Re-eleito	Novo	Re-eleito	Novo	Re-eleito
AT	18	4	1	4	1			1				1	2			1	3	10	8	56,00%	44,00%	
BE	21	2	2	2	2	1	3	5	1			2					1	12	9	57,00%	43,00%	
BG	17	4	3	1	3	2	2	1	3									6	11	35,00%	65,00%	
CY	6	1	1		2					1	1							2	4	33,00%	67,00%	
CZ	21		7	2	2	2	2		4	2	1			1				6	15	29,00%	71,00%	
DE	96	30	4	18	9	8	3	1	6	2	2	9	4			2	66	30	69,00%	31,00%		
DK	13	1		2	1	1	3	1	2	1		1					7	6	54,00%	46,00%		
EE	6	1			1			3				1						2	4	33,00%	67,00%	
EL	21		5		4		1				6					5	0	21	0	0,00%	100,00%	
ES	54	13	4	6	8			3	5	1	10	4					23	31	43,00%	57,00%		
FI	13	2	1	1	1	1	1	2	2		1		1				6	7	46,00%	54,00%		
FR	74	13	7	6	7			6	1	4		5	1	1	1	3	37	37	50,00%	50,00%		
HR	11	4	1	2			1		2								7	4	64,00%	36,00%		
HU	21	8	4		4								2			2	1	10	11	48,00%	52,00%	
IE	11	2	2	1		1		1		4							5	6	45,00%	55,00%		
IT	73	6	11	9	22					3				17	3	2	18	55	25,00%	75,00%		
LT	11	1	1	2		1			3			1	1	1			5	6	45,00%	55,00%		
LU	6	2	1		1			1				1					4	2	67,00%	33,00%		
LV	8	2	2		1	1						1		1			4	4	50,00%	50,00%		
MT	6	2	1	1	2												3	3	50,00%	50,00%		
NL	26	3	2		3	2		4	3	1	2	2				4	12	14	46,00%	54,00%		
PL	51	12	11	4	1	6	13								4		22	29	43,00%	57,00%		
PT	21	4	3	2	6				2	3	1						9	12	43,00%	57,00%		
RO	32	11	4	7	9				1								18	14	56,00%	44,00%		
SE	20	3	1	4	2			2	1	1	1	3		2			10	10	50,00%	50,00%		
SI	8	2	3	1				1				1					4	4	50,00%	50,00%		
SK	13	3	3	4					1								7	6	54,00%	46,00%		
UK	73			8	12	18	2	1		1		5	1	6	18	1	40	33	55,00%	45,00%		
Total	733	136	85	87	104	35	35	31	36	20	32	29	21	7	41	10	355	396	47,27%	52,73%		
% Grupo		61,54%	38,46%	45,55%	54,45%	50,00%	50,00%	46,27%	53,73%	38,46%	61,54%	58%	42%	14,58%	85,42%	19,23%						
% Parlamento		18,11%	11,32%	11,58%	13,85%	4,66%	4,66%	4,13%	4,79%	2,66%	4,26%	3,86%	2,80%	0,93%	5,46%	1,33%						

Anexo E

PAÍS	LUGARES		PPE		S&D		ECR		ALDE		GUE/NGL		Greens/EFA		EFDD		NA		Total		Total Percentagem	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
AT	3	2	3	2	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	0	0	3	1	10	8	55,56%	44,44%
BE	3	1	2	2	3	1	3	1	4	2	0	0	2	0	0	1	0	15	6	71,43%	28,57%	
BG	5	2	3	1	2	0	2	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	12	5	70,59%	29,41%	
CY	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	5	1	83,33%	16,67%	
CZ	6	1	3	1	2	0	2	0	2	2	1	0	0	1	0	0	0	16	5	76,19%	23,81%	
DE	27	7	14	13	6	2	2	2	2	2	4	4	6	7	0	0	2	61	35	63,54%	36,46%	
DK	1	0	2	1	3	1	2	1	2	1	0	1	0	1	0	0	0	8	5	61,54%	38,46%	
EE	1	0	0	1	0	0	1	0	1	2	0	0	1	0	0	0	0	3	3	50,00%	50,00%	
EL	3	2	3	1	1	0	0	0	4	2	0	0	0	0	0	0	5	16	5	76,19%	23,81%	
ES	11	6	7	7	0	0	5	3	5	3	6	4	0	0	0	0	0	32	22	59,26%	40,74%	
FI	1	2	0	2	2	0	2	0	3	1	0	1	0	1	0	0	0	6	7	46,15%	53,85%	
FR	11	9	8	5	0	0	0	0	4	3	1	3	3	0	1	14	9	43	31	58,11%	41,89%	
HR	2	3	1	1	0	1	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0	0	6	5	54,55%	45,45%	
HU	9	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	1	17	4	80,95%	19,05%	
IE	2	2	0	1	1	0	0	0	0	1	2	2	0	0	0	0	0	5	6	45,45%	54,55%	
IT	13	4	17	14	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	8	4	1	44	29	60,27%	39,73%	
LT	2	0	1	1	1	0	0	0	3	0	0	0	1	0	2	0	0	10	1	90,91%	9,09%	
LU	2	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	4	2	66,67%	33,33%	
LV	3	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	5	3	62,50%	37,50%	
MT	1	2	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	33,33%	66,67%	
NL	3	2	1	2	2	0	2	0	4	3	1	2	1	1	0	0	3	15	11	57,69%	42,31%	
PL	16	7	3	2	16	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	39	12	76,47%	23,53%	
PT	5	2	4	4	0	0	2	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	13	8	61,90%	38,10%	
RO	10	5	11	5	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	22	10	68,75%	31,25%	
SE	3	1	2	4	0	0	0	0	1	2	0	1	2	2	1	1	0	9	11	45,00%	55,00%	
SI	3	2	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	5	3	62,50%	37,50%	
SK	5	1	2	2	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	9	4	69,23%	30,77%	
UK	0	0	9	11	14	6	0	1	0	1	0	1	3	3	17	7	0	43	30	58,90%	41,10%	
Total	152	69	104	87	55	15	41	26	26	26	26	26	29	21	30	18	38	475	276	63,25%	36,75%	
% Grupo	68,78%	31,22%	54,45%	45,55%	78,57%	21,43%	61,19%	38,81%	50%	50%	50%	50%	58%	42%	62,50%	37,50%	73,08%	26,92%				
% Parlamento	20,24%	9,19%	13,85%	11,58%	7,32%	1,98%	5,46%	3,47%	3,47%	3,47%	3,47%	3,47%	3,86%	2,80%	3,99%	2,40%	5,06%					

Anexo F

PAÍS	IDADE		25-29			30-39			40-49			50-59			+60																		
	Mínima	Máxima	Média	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total															
AT	36	64	51,4	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	11,11%	7	38,89%	4	22,22%	7	38,89%	1	5,56%	3	16,67%	4	22,22%	5	27,78%	0	0,00%	5	27,78%				
BE	36	71	53,2	0	0,00%	0	0,00%	2	9,52%	2	9,52%	5	23,81%	3	14,29%	5	23,81%	8	38,10%	8	38,10%	2	9,52%	10	47,62%	3	14,29%	1	4,76%	4	19,05%		
BG	28	66	43,8	2	11,76%	3	17,65%	1	5,88%	2	11,76%	8	47,06%	7	41,18%	1	5,88%	8	47,06%	0	0,00%	2	11,76%	2	11,76%	0	0,00%	2	11,76%				
CY	48	61	55	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	16,67%	0	0,00%	1	16,67%	4	66,67%	0	0,00%	4	66,67%	0	0,00%	1	16,67%				
CZ	33	71	47,3	0	0,00%	0	0,00%	5	23,81%	3	14,29%	3	14,29%	3	14,29%	1	4,76%	4	19,05%	7	33,33%	1	4,76%	8	38,10%	1	4,76%	0	0,00%	1	4,76%		
DE	27	74	53,3	0	0,00%	2	2,08%	7	7,29%	1	1,04%	8	8,33%	15	15,63%	4	4,17%	19	19,79%	20	20,83%	23	23,96%	43	44,79%	19	19,79%	5	5,21%	24	25,00%		
DK	27	69	46,4	1	7,69%	1	7,69%	2	15,38%	0	0,00%	1	7,69%	4	30,77%	2	15,38%	6	46,15%	1	7,69%	1	7,69%	2	15,38%	1	7,69%	1	7,69%	2	15,38%		
EE	37	78	57,5	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	16,67%	1	16,67%	0	0,00%	1	16,67%	2	33,33%	2	33,33%	0	0,00%	2	33,33%	1	16,67%	1	16,67%	2	33,33%		
EL	34	92	55,3	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	9,52%	2	9,52%	1	4,76%	2	9,52%	3	14,29%	9	42,86%	3	14,29%	12	57,14%	4	19,05%	0	0,00%	4	19,05%		
ES	29	79	52,5	1	1,85%	1	1,85%	6	11,11%	4	7,41%	10	18,52%	3	5,56%	7	12,96%	10	18,52%	9	16,67%	8	14,81%	17	31,48%	13	24,07%	3	5,56%	16	29,63%		
FI	37	69	52,8	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	7,69%	1	7,69%	2	15,38%	2	15,38%	3	23,08%	2	15,38%	3	23,08%	5	38,46%	2	15,38%	1	7,69%	3	23,08%		
FR	33	86	54,9	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	2,70%	4	5,41%	11	14,86%	7	9,46%	18	24,32%	18	24,32%	18	24,32%	11	14,86%	29	39,19%	12	16,22%	11	14,86%	23	31,08%
HR	39	58	49,2	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	9,09%	1	9,09%	2	18,18%	2	18,18%	4	36,36%	4	36,36%	2	18,18%	6	54,55%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
HU	36	75	49,7	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4	19,05%	1	4,76%	5	23,81%	4	19,05%	1	4,76%	5	23,81%	5	23,81%	2	9,52%	7	33,33%	4	19,05%	0	0,00%	4	19,05%
IE	37	62	50,1	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	9,09%	2	18,18%	2	18,18%	1	9,09%	3	27,27%	1	9,09%	3	27,27%	4	36,36%	1	9,09%	1	9,09%	2	18,18%		
IT	28	70	47,6	4	5,48%	1	1,37%	5	6,85%	2	2,74%	10	13,70%	12	16,44%	18	24,66%	8	10,96%	26	35,62%	13	17,81%	4	5,48%	17	23,29%	7	9,59%	6	8,22%	13	17,81%
LT	32	66	53,4	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	9,09%	1	9,09%	2	18,18%	0	0,00%	2	18,18%	4	36,36%	4	36,36%	1	9,09%	5	45,45%	3	27,27%	0	0,00%	3	27,27%
LU	39	64	56,8	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	16,67%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	33,33%	0	0,00%	2	33,33%	0	0,00%	2	33,33%	3	50,00%		
LV	38	64	52,6	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	12,50%	0	0,00%	1	12,50%	0	0,00%	2	25,00%	2	25,00%	2	25,00%	0	0,00%	2	25,00%	0	0,00%	3	37,50%		
MT	35	66	47,7	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	33,33%	2	33,33%	1	16,67%	1	16,67%	2	33,33%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	16,67%	2	33,33%		
NL	28	68	47,7	0	0,00%	1	3,85%	1	3,85%	3	11,54%	6	23,08%	4	15,38%	3	11,54%	7	26,92%	4	15,38%	4	15,38%	3	11,54%	7	26,92%	4	15,38%	1	3,85%	5	19,23%
PL	38	76	56,3	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	1,96%	0	0,00%	1	1,96%	8	15,69%	3	5,88%	11	21,57%	12	23,53%	5	9,80%	17	33,33%	18	35,29%	4	7,84%	22	43,14%
PT	32	65	49,2	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	4,76%	4	19,05%	5	23,81%	1	4,76%	6	28,57%	4	19,05%	4	19,05%	2	9,52%	6	28,57%	3	14,29%	1	4,76%	4	19,05%
RO	29	71	48,2	1	3,13%	0	0,00%	1	3,13%	6	18,75%	2	6,25%	8	25,00%	5	15,63%	3	9,38%	8	25,00%	5	15,63%	4	12,50%	9	28,13%	5	15,63%	1	3,13%	6	18,75%
SE	35	75	52,6	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	10,00%	1	5,00%	3	15,00%	1	5,00%	4	20,00%	5	25,00%	3	15,00%	4	20,00%	7	35,00%	3	15,00%	2	10,00%	5	25,00%
SI	43	71	53,9	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	37,50%	3	37,50%	3	37,50%	0	0,00%	0	0,00%	3	37,50%	0	0,00%	2	25,00%		
SK	40	75	54,5	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	23,08%	2	15,38%	5	38,46%	3	23,08%	1	7,69%	4	30,77%	3	23,08%	1	7,69%	4	30,77%		
UK	29	71	53,2	1	1,37%	0	0,00%	1	1,37%	3	4,11%	6	8,22%	14	19,18%	6	8,22%	20	27,83%	10	13,70%	13	17,81%	23	31,51%	15	20,55%	8	10,96%	23	31,51%		
	27	92	51,8	10	1,33%	6	0,80%	16	2,13%	54	7,19%	42	5,59%	96	12,78%	122	16,25%	72	9,59%	194	25,83%	156	20,77%	101	13,45%	257	34,22%	133	17,71%	55	7,32%	188	25,03%

Anexo G

GRUPO PARLAMENTAR	LUGARES	Mínima	Máxima	Média	25-29		30-39		40-49		50-59		+60	
						%		%		%		%		%
PPE	221	28	78	52,4	1	0,45%	26	11,76%	60	27,15%	72	32,58%	62	28,05%
S&D	191	28	76	51,6	5	2,62%	27	14,14%	43	22,51%	70	36,65%	46	24,08%
ECR	70	27	74	51,6	1	1,43%	4	5,71%	27	38,57%	22	31,43%	16	22,86%
ALDE	67	29	75	53,8	1	1,49%	7	10,45%	18	26,87%	21	31,34%	20	29,85%
GUE/NGL	52	29	92	50,3	1	1,92%	14	26,92%	7	13,46%	23	44,23%	7	13,46%
Greens/EFA	50	27	73	52,3	2	4,00%	5	10,00%	8	16,00%	22	44,00%	13	26,00%
EFDD	48	28	71	47,6	4	8,33%	10	20,83%	14	29,17%	9	18,75%	11	22,92%
NA	52	28	86	52,9	1	1,92%	3	5,77%	17	32,69%	18	34,62%	13	25,00%
	751	27	92	51,8	16	2,13%	96	12,78%	194	25,83%	257	34,22%	188	25,03%

Anexo H

Pais	AT	BE	BG	CY	CZ	DE	DK	EE	EL	ES	FI	FR	HR	HU	IE	IT	LT	LU	LV	MT	NL	PL	PT	RO	SE	SI	SK	UK	NO PARLAMENTO
Mínima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Máxima	18	25	8	5	10	34	10	10	5	15	12	30	2	10	20	15	5	15	10	10	15	10	17	7	10	10	10	30	34
Média	4,1	6,6	2,1	1,7	2,2	7,1	3,4	2,5	0,3	3,6	4,1	4,2	0,7	3,4	4,5	2	2,5	7,8	4,4	2	3,2	3,6	3,3	3,8	3,4	3,1	4,2	6,3	4,1

Anexo I

Artiguidade	34	30	25	23	20	19	18	17	16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0
Número de deputados	1	2	6	1	12	1	1	2	2	27	2	4	3	1	77	4	6	17	6	164	8	10	11	21	363
Percentagem do nº deputados	0,13%	0,27%	0,80%	0,13%	1,60%	0,13%	0,13%	0,27%	0,27%	3,60%	0,27%	0,53%	0,40%	0,13%	10,25%	0,53%	0,80%	2,26%	0,80%	21,84%	1,07%	1,33%	1,46%	2,80%	48,34%

Anexo J

GRUPO PARLAMENTAR	ANTIGUIDADE		
	Mínima	Máxima	Média
PPE	0	34	5,5
S&D	0	30	7,7
ECR	0	25	4,5
ALDE	0	25	4
GUE/NGL	0	10	2,2
Greens/EFA	0	16	4,7
EFDD	0	15	1,3
NA	0	30	2,1
	0	34	4,1

Anexo K

País	LICENCIATURA			MESTRADO			DOUTORAMENTO			SECUNDÁRIO			HÁ INFORMAÇÃO, MAS NÃO ESTÁ			TOTAL COM HABILITAÇÕES											
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total									
AT	0	0,00%	0	2	11,11%	2	4	30,77%	3	16,67%	4	0,00%	0	0,00%	2	11,11%	3	16,67%	5	38,46%	5	27,78%	8	44,44%	13	72,22%	
BE	3	14,29%	2	9,52%	2	9,52%	3	15,79%	0	0,00%	3	14,29%	0	0,00%	6	28,57%	0	0,00%	8	42,11%	13	61,90%	6	28,57%	19	90,48%	
BG	0	0,00%	0	0,00%	4	23,53%	7	50,00%	3	17,65%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4	28,57%	9	52,94%	5	29,41%	
CY	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4	66,67%	5	83,33%	1	16,67%	
CZ	1	4,76%	1	4,76%	2	11,11%	1	5,56%	3	14,29%	2	9,52%	1	4,76%	0	0,00%	8	38,10%	2	9,52%	10	55,56%	13	61,90%	5	23,81%	
DE	3	3,13%	3	3,13%	6	9,84%	2	2,08%	15	15,63%	8	8,33%	23	37,70%	1	1,04%	2	2,08%	3	4,92%	15	15,63%	6	6,25%	21	34,43%	
DK	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	23,08%	1	7,69%	4	57,14%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	15,38%	1	7,69%	3	38,46%	
EE	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	16,67%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	16,67%	2	66,67%	1	16,67%	
EL	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	9,52%	2	9,52%	0	0,00%	2	15,38%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	5	23,81%	3	14,29%	8	61,54%	
ES	4	7,41%	3	5,56%	7	18,92%	4	7,41%	3	5,56%	7	18,92%	2	3,70%	9	24,32%	0	0,00%	0	0,00%	8	14,81%	6	11,11%	14	37,84%	
FI	0	0,00%	1	7,69%	3	23,08%	4	44,44%	2	15,38%	0	0,00%	2	22,22%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	7,69%	2	22,22%	4	50,77%	
FR	1	1,35%	2	2,70%	3	6,98%	14	32,56%	4	5,41%	2	2,70%	6	13,95%	1	1,35%	2	2,70%	3	6,98%	11	14,86%	6	8,11%	17	39,53%	
HR	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4	44,44%	1	9,09%	1	9,09%	2	22,22%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	18,18%	1	9,09%	3	33,33%	
HU	1	4,76%	0	0,00%	1	7,14%	3	14,29%	2	9,52%	5	35,71%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	6	28,57%	1	4,76%	7	50,00%	
IE	0	0,00%	2	18,18%	2	33,33%	1	9,09%	5	6,85%	2	2,74%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	18,18%	1	9,09%	3	33,33%	
IT	2	2,74%	3	4,11%	5	9,80%	7	13,73%	4	5,48%	3	4,11%	7	13,73%	0	0,00%	1	1,37%	1	1,96%	17	23,29%	14	19,18%	31	60,78%	
LT	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	20,00%	1	9,09%	0	0,00%	1	10,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	6	54,55%	1	9,09%	7	70,00%	
LU	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	33,33%	1	16,67%	3	100,00%	
LV	0	0,00%	0	0,00%	1	12,50%	2	40,00%	2	25,00%	1	12,50%	3	60,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	37,50%	
MT	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	16,67%	0	0,00%	2	33,33%	2	40,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	16,67%	1	16,67%	4	66,67%	
NL	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	15,79%	2	7,69%	1	3,85%	3	15,79%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	8	30,77%	5	19,23%	13	68,42%	
PL	3	5,88%	0	0,00%	3	8,33%	5	9,80%	13	25,49%	3	5,88%	16	44,44%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	8	15,69%	3	5,88%	11	30,56%	
PT	4	19,05%	1	4,76%	5	27,78%	2	9,52%	5	23,81%	4	19,05%	9	50,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	4,76%	1	4,76%	12	57,14%	
RO	0	0,00%	1	3,13%	3	9,38%	7	25,00%	10	31,25%	1	3,13%	11	39,29%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	5	15,63%	4	12,50%	9	32,14%	
SE	2	10,00%	1	5,00%	3	33,33%	0	0,00%	2	22,22%	2	25,00%	0	0,00%	1	11,11%	1	5,00%	0	0,00%	1	11,11%	1	5,00%	2	22,22%	
SI	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	12,50%	2	25,00%	0	0,00%	2	28,57%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	14	29,59%	3	6,25%	4	20,00%	
SK	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	10,00%	1	7,69%	1	7,69%	2	20,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	5	38,46%	2	15,38%	7	70,00%	
UK	1	1,37%	2	2,74%	3	9,68%	5	6,85%	3	4,11%	8	25,81%	1	1,37%	4	12,90%	1	1,37%	0	0,00%	10	13,70%	5	6,85%	15	24,66%	
	25	4,96%	22	4,37%	47	9,33%	104	20,63%	86	17,06%	42	8,33%	128	25,40%	5	0,99%	10	1,98%	139	27,58%	76	15,08%	215	42,66%	315	62,50%	

Anexo L

GRUPO PARLAMENTAR	LICENCIATURA			MESTRADO			DOUTORAMENTO			SECUNDÁRIO			HÁ INFORMACÃO, MAS NÃO ESTÁ DEFINIDO			TOTAL COM HABILITAÇÕES																		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total																
PPE	11	4,98%	7	3,17%	18	8,14%	23	10,41%	13	5,88%	36	16,29%	33	14,93%	16	7,24%	49	22,17%	1	0,45%	2	0,90%	54	24,43%	24	10,86%	78	35,29%	122	55,20%	61	27,60%	183	82,81%
S&D	5	2,62%	5	2,62%	10	5,24%	17	8,90%	13	6,81%	30	15,71%	20	10,47%	12	6,28%	32	16,75%	1	0,52%	3	1,57%	29	15,18%	31	16,23%	60	31,41%	72	37,70%	63	32,98%	135	70,68%
ECR	3	4,29%	1	1,43%	4	5,71%	4	5,71%	2	2,86%	6	8,57%	9	12,86%	1	1,43%	10	14,29%	0	0,00%	0	0,00%	16	22,86%	2	2,86%	18	25,71%	32	45,71%	6	8,57%	38	54,29%
ALDE	3	4,48%	3	4,48%	6	8,96%	4	5,97%	9	13,43%	13	19,40%	7	10,45%	2	2,99%	9	13,43%	0	0,00%	1	1,49%	11	16,42%	5	7,46%	16	23,88%	25	37,31%	20	29,85%	45	67,16%
GUE/NGL	1	1,92%	1	1,92%	2	3,85%	1	1,92%	1	1,92%	2	3,85%	6	11,54%	2	3,85%	8	15,38%	0	0,00%	0	0,00%	7	13,46%	9	17,31%	16	30,77%	15	28,85%	13	25,00%	28	53,85%
Greens/EFA	0	0,00%	2	4,00%	2	4,00%	5	10,00%	4	8,00%	9	18,00%	6	12,00%	5	10,00%	11	22,00%	1	2,00%	1	2,00%	7	14,00%	2	4,00%	9	18,00%	19	38,00%	13	26,00%	32	64,00%
EFDD	1	2,08%	2	4,17%	3	6,25%	4	8,33%	1	2,08%	5	10,42%	2	4,17%	2	4,17%	4	8,33%	2	4,17%	2	4,17%	5	10,42%	2	4,17%	7	14,58%	14	29,17%	7	14,58%	21	43,75%
NA	1	1,92%	1	1,92%	2	3,85%	2	3,85%	2	3,85%	3	5,77%	3	5,77%	2	3,85%	5	9,62%	0	0,00%	1	1,92%	10	19,23%	1	1,92%	11	21,15%	16	30,77%	6	11,54%	22	42,31%
TOTAL	25	4,96%	22	4,37%	47	9,33%	60	11,90%	44	8,73%	104	20,63%	86	17,06%	42	8,33%	128	25,40%	5	0,99%	10	1,98%	139	27,58%	76	15,08%	215	42,66%	315	41,94%	189	25,17%	504	67,11%

Anexo M

ÁREA DE ESTUDOS	LICENCIATURA		MESTRADO		DOUTORAMENTO		NI		Total	
Ciências Sociais e Humanas	22	4,45%	30	6,07%	39	7,89%	61	12,35%	152	30,77%
Direito	11	2,23%	30	6,07%	19	3,85%	58	11,74%	118	23,89%
Ciências Económicas	8	1,62%	28	5,67%	29	5,87%	37	7,49%	102	20,65%
Engenharia	3	0,61%	5	1,01%	7	1,42%	20	4,05%	35	7,09%
Ciências da Saúde	2	0,40%	0	0,00%	15	3,04%	11	2,23%	28	5,67%
Ciências Naturais	0	0,00%	7	1,42%	17	3,44%	15	3,04%	39	7,89%
Artes	1	0,20%	2	0,40%	0	0,00%	2	0,40%	5	1,01%
Militar	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,20%	1	0,20%
Ciências da Educação	0	0,00%	2	0,40%	2	0,40%	9	1,82%	13	2,63%
Desporto	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,20%	1	0,20%
	47	9,51%	104	21,05%	128	25,91%	215	43,52%	494	100,00%

Anexo N

ÁREA DE ESTUDOS	HÁ INFORMAÇÃO, MAS NÃO ESTÁ DEFINIDO				Total	
	Homem		Mulher			
Ciências Sociais e Humanas	33	4,39%	28	3,73%	61	28,37%
Direito	39	5,19%	19	2,53%	58	26,98%
Ciências Económicas	24	3,20%	13	1,73%	37	17,21%
Engenharia	18	2,40%	2	0,27%	20	9,30%
Ciências da Saúde	7	0,93%	4	0,53%	11	5,12%
Ciências Naturais	12	1,60%	3	0,40%	15	6,98%
Artes	0	0,00%	2	0,27%	2	0,93%
Militar	1	0,13%	0	0,00%	1	0,47%
Ciências da Educação	4	0,53%	5	0,67%	9	4,19%
Desporto	1	0,13%	0	0,00%	1	0,47%
	139	18,50%	76	10,13%	215	100,00%

Anexo O

ÁREA DE ESTUDOS	LICENCIATURA					
	Homem		Mulher		Total	
Ciências Sociais e Humanas	9	1,20%	13	1,73%	22	46,81%
Direito	9	1,20%	2	0,27%	11	23,40%
Ciências Económicas	3	0,40%	5	0,67%	8	17,02%
Engenharia	3	0,40%	0	0,00%	3	6,38%
Ciências da Saúde	0	0,00%	2	0,27%	2	4,26%
Ciências Naturais	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Artes	1	0,13%	0	0,00%	1	2,13%
Militar	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ciências da Educação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Desporto	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	25	3,33%	22	2,94%	47	100,00%

Anexo P

ÁREA DE ESTUDOS	MESTRADO					
	Homem		Mulher		Total	
Ciências Sociais e Humanas	13	1,73%	17	2,26%	30	28,85%
Direito	18	2,40%	12	1,60%	30	28,85%
Ciências Económicas	19	2,53%	9	1,20%	28	26,92%
Engenharia	4	0,53%	1	0,13%	5	4,81%
Ciências da Saúde	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ciências Naturais	5	0,67%	2	0,27%	7	6,73%
Artes	0	0,00%	2	0,27%	2	1,92%
Militar	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ciências da Educação	1	0,13%	1	0,13%	2	1,92%
Desporto	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	60	7,99%	44	5,86%	104	100,00%

Anexo Q

ÁREA DE ESTUDOS	DOUTORAMENTO					
	Homem		Mulher		Total	
Ciências Sociais e Humanas	32	4,26%	7	0,93%	39	30,47%
Direito	12	1,60%	7	0,93%	19	14,84%
Ciências Económicas	19	2,53%	10	1,33%	29	22,66%
Engenharia	3	0,40%	4	0,53%	7	5,47%
Ciências da Saúde	7	0,93%	8	1,07%	15	11,72%
Ciências Naturais	13	1,73%	4	0,53%	17	13,28%
Artes	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Militar	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ciências da Educação	0	0,00%	2	0,27%	2	1,56%
Desporto	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	86	11,45%	42	5,59%	128	100,00%

Anexo R

	Ciências Sociais e Humanas		Direito		Ciências Económicas		Engenharia		Ciências da Saúde		Ciências Naturais		Artes		Militar		Ciências da Educação		Desporto	
AT	3	23,08%	3	23,08%	6	46,15%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	7,69%	0	0,00%
BE	8	42,11%	4	21,05%	3	15,79%	1	5,26%	0	0,00%	2	10,53%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,26%	0	0,00%
BG	6	42,86%	3	21,43%	2	14,29%	2	14,29%	0	0,00%	1	7,14%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
CY	0	0,00%	1	16,67%	2	33,33%	1	16,67%	2	33,33%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
CZ	4	22,22%	5	27,78%	2	11,11%	2	11,11%	2	11,11%	3	16,67%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
DE	19	31,15%	12	19,67%	10	16,39%	8	13,11%	1	1,64%	6	9,84%	0	0,00%	0	0,00%	2	3,28%	0	0,00%
DK	3	42,86%	2	28,57%	2	28,57%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
EE	2	66,67%	1	33,33%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
EL	5	38,46%	2	15,38%	0	0,00%	3	23,08%	0	0,00%	2	15,38%	0	0,00%	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%
ES	11	29,73%	14	37,84%	9	24,32%	1	2,70%	1	2,70%	1	2,70%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
FI	4	44,44%	1	11,11%	3	33,33%	0	0,00%	0	0,00%	1	11,11%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
FR	13	30,23%	15	34,88%	6	13,95%	0	0,00%	4	9,30%	1	2,33%	0	0,00%	0	0,00%	1	2,33%	0	0,00%
HR	3	33,33%	1	11,11%	2	22,22%	1	11,11%	1	11,11%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	11,11%	0	0,00%
HU	4	28,57%	6	42,86%	3	21,43%	0	0,00%	0	0,00%	1	7,14%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
IE	1	16,67%	0	0,00%	1	16,67%	1	16,67%	1	16,67%	1	16,67%	0	0,00%	0	0,00%	1	16,67%	0	0,00%
IT	12	23,53%	15	29,41%	7	13,73%	0	0,00%	7	13,73%	5	9,80%	2	3,92%	0	0,00%	2	3,92%	0	0,00%
LT	0	0,00%	1	10,00%	4	40,00%	4	40,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
LU	1	33,33%	1	33,33%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
LV	2	40,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	20,00%	0	0,00%	1	20,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	20,00%	0	0,00%
MT	0	0,00%	3	60,00%	2	40,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
NL	10	52,63%	3	15,79%	2	10,53%	0	0,00%	0	0,00%	3	15,79%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
PL	12	33,33%	4	11,11%	9	25,00%	4	11,11%	1	2,78%	5	13,89%	1	2,78%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
PT	2	11,11%	6	33,33%	5	27,78%	2	11,11%	0	0,00%	2	11,11%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%	0	0,00%
RO	10	35,71%	5	17,86%	10	35,71%	1	3,57%	2	7,14%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
SE	5	55,56%	1	11,11%	2	22,22%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
SI	2	28,57%	1	14,29%	2	28,57%	0	0,00%	0	0,00%	1	14,29%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
SK	2	20,00%	0	0,00%	3	30,00%	1	10,00%	2	20,00%	1	10,00%	1	10,00%	0	0,00%	1	10,00%	0	0,00%
UK	8	25,81%	8	25,81%	5	16,13%	2	6,45%	4	12,90%	1	3,23%	1	3,23%	0	0,00%	1	3,23%	0	0,00%

Anexo S

	Ciências Sociais e Humanas		Direito		Ciências Económicas		Engenharia		Ciências da Saúde		Ciências Naturais		Artes		Militar		Ciências da Educação		Desporto		TOTAL			
PPE	52	28,73%	50	27,62%	34	18,78%	13	7,18%	10	5,52%	16	8,84%	1	0,55%	0	0,00%	5	2,76%	0	0,00%	0	0,00%	181	81,90%
S&D	48	36,36%	25	18,94%	33	25,00%	6	4,55%	8	6,06%	5	3,79%	1	0,76%	0	0,00%	6	4,55%	0	0,00%	0	0,00%	132	69,11%
ECR	9	23,68%	11	28,95%	7	18,42%	5	13,16%	2	5,26%	3	7,89%	0	0,00%	0	0,00%	1	2,63%	0	0,00%	0	0,00%	38	54,29%
ALDE	13	29,55%	12	27,27%	13	29,55%	1	2,27%	1	2,27%	3	6,82%	1	2,27%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	44	65,67%
GUE/NGL	11	39,29%	5	17,86%	3	10,71%	3	10,71%	2	7,14%	4	14,29%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	28	53,85%
Greens/EFA	10	32,26%	5	16,13%	5	16,13%	4	12,90%	0	0,00%	6	19,35%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	3,23%	1	3,23%	31	62,00%
EFDD	1	5,26%	4	21,05%	4	21,05%	3	15,79%	4	21,05%	1	5,26%	2	10,53%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	19	39,58%
NA	8	38,10%	6	28,57%	3	14,29%	0	0,00%	1	4,76%	1	4,76%	0	0,00%	1	4,76%	1	4,76%	0	0,00%	0	0,00%	21	40,38%
Total % no Parlamento	152	30,77%	118	23,89%	102	20,65%	35	7,09%	28	5,67%	39	7,89%	5	1,01%	1	0,20%	13	2,63%	1	0,20%	1	0,20%	494	100%

Anexo T

	DOCENTE		FUNÇÕES POLÍTICAS		JORNALISTA		TRABALHADOR INDEPENDENTE /PRIVADO		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		TOTAL	
AT	6	37,50%	13	81,25%	3	18,75%	9	56,25%	5	31,25%	16	88,89%
BE	5	26,32%	19	100,00%	1	5,26%	12	63,16%	7	36,84%	19	90,48%
BG	5	31,25%	12	75,00%	2	12,50%	5	31,25%	7	43,75%	16	94,12%
CY	2	33,33%	6	100,00%	1	16,67%	3	50,00%	1	16,67%	6	100,00%
CZ	8	42,11%	16	84,21%	2	10,53%	14	73,68%	12	63,16%	19	90,48%
DE	24	29,63%	77	95,06%	1	1,23%	55	67,90%	21	25,93%	81	84,38%
DK	2	25,00%	8	100,00%	0	0,00%	3	37,50%	5	62,50%	8	61,54%
EE	0	0,00%	4	100,00%	0	0,00%	3	75,00%	2	50,00%	4	66,67%
EL	4	28,57%	8	57,14%	3	21,43%	6	42,86%	4	28,57%	14	66,67%
ES	15	35,71%	37	88,10%	1	2,38%	21	50,00%	12	28,57%	42	77,78%
FI	2	20,00%	8	80,00%	3	30,00%	6	60,00%	2	20,00%	10	76,92%
FR	12	20,69%	55	94,83%	2	3,45%	27	46,55%	26	44,83%	58	78,38%
HR	4	44,44%	9	100,00%	0	0,00%	4	44,44%	1	11,11%	9	81,82%
HU	6	37,50%	11	68,75%	0	0,00%	8	50,00%	5	31,25%	16	76,19%
IE	2	28,57%	5	71,43%	1	14,29%	4	57,14%	0	0,00%	7	63,64%
IT	14	22,95%	49	80,33%	8	13,11%	36	59,02%	14	22,95%	61	83,56%
LT	3	27,27%	10	90,91%	0	0,00%	6	54,55%	4	36,36%	11	100,00%
LU	2	33,33%	5	83,33%	0	0,00%	3	50,00%	1	16,67%	6	100,00%
LV	1	20,00%	5	100,00%	0	0,00%	2	40,00%	2	40,00%	5	62,50%
MT	1	16,67%	4	66,67%	1	16,67%	4	66,67%	4	66,67%	6	100,00%
NL	3	15,79%	14	73,68%	0	0,00%	14	73,68%	5	26,32%	19	73,08%
PL	25	55,56%	42	93,33%	3	6,67%	22	48,89%	19	42,22%	45	88,24%
PT	13	68,42%	18	94,74%	1	5,26%	10	52,63%	10	52,63%	19	90,48%
RO	13	44,83%	27	93,10%	3	10,34%	22	75,86%	15	51,72%	29	90,63%
SE	1	9,09%	11	100,00%	1	9,09%	6	54,55%	1	9,09%	11	55,00%
SI	0	0,00%	6	75,00%	2	25,00%	2	25,00%	6	75,00%	8	100,00%
SK	3	23,08%	13	100,00%	1	7,69%	9	69,23%	1	7,69%	13	100,00%
UK	13	23,64%	47	85,45%	2	3,64%	41	74,55%	22	40,00%	55	75,34%
	189	30,83%	539	87,93%	42	6,85%	357	58,24%	214	34,91%	613	81,62%

Anexo U

	DOCENTE		FUNÇÕES POLÍTICAS		JORNALISTA		TRABALHADOR INDEPENDENTE/ PRIVADO		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		TOTAL COM ATIVIDADES PROFISSIONAIS	
PPE	67	30,45%	195	88,64%	11	5,00%	130	59,09%	77	35,00%	220	99,55%
S&D	52	32,91%	144	91,14%	13	8,23%	95	60,13%	58	36,71%	158	82,72%
ECR	16	32,00%	43	86,00%	5	10,00%	29	58,00%	22	44,00%	50	71,43%
ALDE	14	25,93%	47	87,04%	3	5,56%	34	62,96%	19	35,19%	54	80,60%
GUE/NGL	11	32,35%	29	85,29%	2	5,88%	17	50,00%	12	35,29%	34	65,38%
Greens/EFA	16	38,10%	37	88,10%	4	9,52%	16	38,10%	11	26,19%	42	84%
EFDD	6	21,43%	19	67,86%	1	3,57%	23	82,14%	10	35,71%	28	58,33%
NA	7	25,93%	25	92,59%	3	11,11%	13	48,15%	5	18,52%	27	51,92%
	189	30,83%	539	87,93%	42	6,85%	357	58,24%	214	34,91%	613	81,62%

País	SIM	EXERCEU FUNÇÕES POLÍTICAS										PARTIDO	OI		DIPLOMATA				
		PRESIDENTE REPÚBLICA	PRIMEIRO MINISTRO	DEPUTADO / SENADOR	NACIONAL	INTERMÉDIO	LOCAL												
AT	13	0	0,00%	0	0,00%	5	38,46%	1	7,69%	4	30,77%	5	38,46%	10	76,92%	4	30,77%	0	0,00%
BE	19	0	0,00%	1	5,26%	4	21,05%	8	42,11%	6	31,58%	15	78,95%	13	68,42%	2	10,53%	0	0,00%
BG	12	0	0,00%	1	8,33%	9	75,00%	6	50,00%	2	16,67%	6	50,00%	5	41,67%	4	33,33%	0	0,00%
CY	6	0	0,00%	0	0,00%	3	50,00%	4	66,67%	0	0,00%	1	16,67%	4	66,67%	1	16,67%	0	0,00%
CZ	16	0	0,00%	0	0,00%	6	37,50%	4	25,00%	2	12,50%	6	37,50%	11	68,75%	7	43,75%	4	25,00%
DE	77	0	0,00%	0	0,00%	4	5,19%	2	2,60%	35	45,45%	36	46,75%	67	87,01%	13	16,88%	1	1,30%
DK	8	0	0,00%	0	0,00%	6	75,00%	1	12,50%	1	12,50%	3	37,50%	6	75,00%	2	25,00%	0	0,00%
EE	4	0	0,00%	1	25,00%	4	100,00%	1	25,00%	0	0,00%	2	50,00%	2	50,00%	1	25,00%	0	0,00%
EL	8	0	0,00%	0	0,00%	4	50,00%	1	12,50%	0	0,00%	1	12,50%	6	75,00%	5	62,50%	0	0,00%
ES	37	0	0,00%	0	0,00%	10	27,03%	8	21,62%	16	43,24%	13	35,14%	34	91,89%	4	10,81%	2	5,41%
FI	8	0	0,00%	2	25,00%	8	100,00%	6	75,00%	2	25,00%	4	50,00%	6	75,00%	3	37,50%	0	0,00%
FR	55	0	0,00%	0	0,00%	12	21,82%	13	23,64%	22	40,00%	39	70,91%	44	80,00%	6	10,91%	2	3,64%
HR	9	0	0,00%	0	0,00%	7	77,78%	5	55,56%	1	11,11%	6	66,67%	7	77,78%	3	33,33%	1	11,11%
HU	11	0	0,00%	0	0,00%	8	72,73%	4	36,36%	2	18,18%	4	36,36%	10	90,91%	0	0,00%	0	0,00%
IE	5	0	0,00%	0	0,00%	3	60,00%	1	20,00%	0	0,00%	2	40,00%	2	40,00%	0	0,00%	0	0,00%
IT	49	0	0,00%	0	0,00%	17	34,69%	9	18,37%	22	44,90%	30	61,22%	38	77,55%	4	8,16%	0	0,00%
LT	10	1	10,00%	2	20,00%	8	80,00%	7	70,00%	1	10,00%	6	60,00%	9	90,00%	1	10,00%	3	30,00%
LU	5	0	0,00%	0	0,00%	3	60,00%	2	40,00%	1	20,00%	1	20,00%	4	80,00%	3	60,00%	0	0,00%
LV	5	0	0,00%	1	20,00%	3	60,00%	4	80,00%	0	0,00%	1	20,00%	4	80,00%	1	20,00%	1	20,00%
MT	4	0	0,00%	1	25,00%	1	25,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4	100,00%	2	50,00%	2	50,00%
NL	14	0	0,00%	0	0,00%	6	42,86%	0	0,00%	2	14,29%	5	35,71%	12	85,71%	4	28,57%	0	0,00%
PL	42	0	0,00%	1	2,38%	29	69,05%	26	61,90%	1	2,38%	14	33,33%	22	52,38%	10	23,81%	0	0,00%
PT	18	0	0,00%	0	0,00%	10	55,56%	5	27,78%	1	5,56%	8	44,44%	18	100,00%	5	27,78%	1	5,56%
RO	27	0	0,00%	1	3,70%	14	51,85%	16	59,26%	1	3,70%	5	18,52%	19	70,37%	7	25,93%	1	3,70%
SE	11	0	0,00%	0	0,00%	5	45,45%	3	27,27%	0	0,00%	7	63,64%	7	63,64%	2	18,18%	0	0,00%
SI	6	0	0,00%	1	16,67%	6	100,00%	5	83,33%	0	0,00%	3	50,00%	4	66,67%	1	16,67%	1	16,67%
SK	13	0	0,00%	0	0,00%	13	100,00%	4	30,77%	3	23,08%	2	15,38%	9	69,23%	1	7,69%	2	15,38%
UK	47	0	0,00%	0	0,00%	6	12,77%	4	8,51%	5	10,64%	26	55,32%	39	82,98%	6	12,77%	0	0,00%
	539	1	0,19%	12	2,23%	214	39,70%	150	27,83%	130	24,12%	251	46,57%	416	77,18%	102	18,92%	21	3,90%

GRUPO PARLAMENTAR	SIM		EXERCEU FUNÇÕES POLÍTICAS											
			PRESIDENTE REPÚBLICA	PRIMEIRO MINISTRO	DEPUTADO/SENA DOR	NACIONAL	INTERMÉDIO	LOCAL	PARTIDO	OI	DIPLOMATA			
PPE	195	88,24%	0	4	89	64	56	87	142	49	11			
S&D	144	75,39%	0	3	54	41	36	67	119	22	3			
ECR	43	61,43%	0	0	21	13	6	22	27	7	0			
ALDE	47	70,15%	0	4	24	20	6	26	30	13	6			
GUE/NGL	29	55,77%	0	0	7	3	5	9	29	3	0			
Greens/EFA	37	74,00%	0	0	8	6	9	13	28	6	1			
EFDD	19	39,58%	1	1	4	1	0	8	18	0	0			
NA	25	48,08%	0	0	7	2	12	19	23	2	0			
TOTAL	539	87,93%	1	12	214	150	130	251	416	102	21			